



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
COORDENAÇÃO DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

KELLY VANESSA SANTANA ARAUJO

**A ACESSIBILIDADE NO IFTO: Um estudo de caso sobre a acessibilidade
arquitetônica e pedagógica no Campus Palmas - Prédio 1**

PALMAS -TO

2017

KELLY VANESSA SANTANA ARAUJO

**A ACESSIBILIDADE NO IFTO: Um estudo de caso sobre a acessibilidade
arquitetônica e pedagógica no Campus Palmas - Prédio 1.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título de
Gestora Pública do Curso Superior de Gestão
Pública do Instituto Federal do Tocantins, *Campus
Palmas*.

Orientador: Prof. M^e. Adão Pinto Dos Santos
Co-orientador: Prof. Esp. Euler Rui Barbosa
Tavares

PALMAS - TO

2017

Araujo, Kelly Vanessa Santana

A ACESSIBILIDADE NO IFTO: Um estudo de caso sobre a acessibilidade arquitetônica e pedagógica no Campus Palmas – Prédio 1. / Kelly Vanessa Santana Araujo. – Palmas, 2017
86 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2017.

Orientador(a): Prof. M^e. Adão Pinto Dos Santos

1. Acessibilidade 2. Pessoas com deficiência 3. IFTO I. Título.

KELLY VANESSA SANTANA ARAUJO

**A ACESSIBILIDADE NO IFTO: Um estudo de caso sobre a acessibilidade
arquitetônica e pedagógica no Campus Palmas - Prédio 1**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Gestão e Negócios do Instituto Federal do
Tocantins – *Campus Palmas*, como
exigência à obtenção do grau em Gestão
Pública

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Prof. M^e. Adão Pinto Dos Santos
IFTO – *Campus Palmas*

Prof. Esp. Euler Rui Barbosa Tavares (Co- orientador)
IFTO – *Campus Palmas*

Prof.^a M.^a Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – *Campus Palmas*

Coord.^a de Educação Inclusiva e Diversidade
Alini C. Albuquerque Alves
IFTO – *Campus Palmas*

Dedico este trabalho a todos que colaboraram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica, em especial a minha mãe Cremilda e meus avós maternos que sempre me apoiaram mesmo com as dificuldades e obstáculos do dia a dia.

Dedico também a minha Avó Elisa (*in memoriam*), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que desempenhou papel fundamental em minha formação, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ela e seus ensinamentos e princípios passados. Obrigada por tudo! Saudades eternas!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram desta jornada, em especial: A Deus, a quem devo minha vida.

A meu orientador Prof. M^e. Adão Pinto Dos Santos por quem tenho extrema admiração e respeito e que teve papel fundamental na construção deste trabalho, com sua paciência e disposição para sempre ajudar e fazer todo o possível pra a conclusão desse trabalho.

Ao meu Co-orientador Prof. Esp. Euler Rui Tavares por aceitar o meu convite, com suas palavras graciosas me manteve motivada, sempre acreditando em minha capacidade

A minha família que sempre me apoiou nos estudos, nas escolhas tomadas, e que me mantiveram motivada mesmo quando tudo estava em declínio.

Ao meu namorado Willian pela infinita paciência e apoio, sempre disposto a me ouvir, ajudar e me fazer acreditar em minha capacidade.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta longa caminhada. Especialmente a Amanda, que vivenciou situações semelhantes ao longo de todo o curso e sempre esteve ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis e desesperadores e portanto sou muito grata por todo o apoio.

EPÍGRAFE

Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes
coisas do homem foram conquistadas do que
parecia impossível.

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho trata a temática da acessibilidade, especificamente os quesitos arquitetônicos e pedagógicos encontrados na Lei nº 13.146/2015 e no Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), sendo o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Estado do Tocantins - Campus Palmas a instituição a ser diagnosticada através da realização de uma pesquisa de campo de caráter exploratório e descritivo. Para operacionalidade do projeto o objeto de estudo escolhido para a análise da acessibilidade arquitetônica foi o prédio 1(prédio antigo). A metodologia elaborada utilizou as seguintes ferramentas de estudo: Revisão bibliográfica; Análise documental, Aplicação de entrevista e; Pesquisa de campo através da observação direta como instrumentos de pesquisa. Após análise dos resultados obtidos foi possível diagnosticar a real situação da instituição referente a aplicação da lei e do projeto norteadores do estudo e dessa forma apontar possíveis melhorias a serem realizadas. Este estudo tem como finalidade agregar ideais junto a instituição, propondo melhorias e adequações para o instituto, para que dessa forma seja possível fornecer condições de acessibilidade aos que transitam pelo IFTO - Campus Palmas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoa com deficiência; IFTO.

ABSTRACT

The present work approaches the subject of accessibility in architectural and pedagogical aspects, being the Federal Institute of Education, Sciences and Technology of the State of Tocantins - Campus Palmas the institution to be diagnosed through the accomplishment of an exploratory and descriptive field research, Based on Law 13,146 / 2015 and the Accessibility Program in Higher Education (Include). For project operability, the study object chosen for the analysis of architectural accessibility was building 1 (old building). The methodology developed used the following study tools: Bibliographic review; Documentary analysis, Application of interview and; Field research through direct observation as research tools. After analyzing the obtained results it was possible to diagnose the real situation of the institution regarding the application of the law and the guiding project of the study and thus to point out possible improvements to be made. This study aims to add ideals to the institution, proposing improvements and adaptations to the institute, so that it is possible to provide accessibility conditions to those that transit through IFTO - Campus Palmas.

Keywords: Accessibility; Disabled person; IFTO.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Lei nº 13.146/15 Quesitos Arquitetônicos.....	47
Gráfico 02 - Lei nº 13.146/15 Quesitos Pedagógicos.....	51
Gráfico 03 - Programa Incluir Quesitos Arquitetônicos.....	52
Gráfico 04 - Programa Incluir Quesitos Pedagógicos.....	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Legislação sobre acessibilidade.....	18
Quadro 02 - Provimentos da acessibilidade pedagógica.....	28
Quadro 03 - Tipos de Barreiras para acessibilidade.....	31
Quadro 04 - Classificação deficiências.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de pesquisa	13
1.2 Hipóteses	14
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
1.4 Justificativa.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1. Políticas Públicas	16
2.1.1 Políticas Públicas redistributivas	18
2.2 Políticas Públicas para Pessoas com deficiência	18
2.2.1 Acessibilidade	23
2.2.2 Acessibilidade no ensino superior	25
2.3 Recursos para promoção de acessibilidade.....	27
2.3.1 Tecnologia assistiva	27
2.3.2 Acessibilidade pedagógica	28
2.3.3 Tecnologias assistiva nas comunicações e informações	29
2.3.4 Mobiliário Escola Acessível	30
2.4 Barreiras para Acessibilidade	31
2.4.1 Barreiras Arquitetônica Urbanística	32
2.4.2 Barreiras Atitudinais	32
2.4.3 Barreiras de comunicação	34
2.5.4 Barreiras Pedagógicas/Curriculares	34
2.5.5 Pessoas com deficiência (PcD's) e mobilidade reduzida	35
3 IFTO/PALMAS	38
3.1 O NAPNE-Campus Palmas/ IFTO	39
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
4.1 Etapa 01: Aferição das Leis / Análise documental	42
4.2 Etapa 02: Pesquisa Exploratória/Aplicação de Entrevistas	43
4.3 Etapa 03: Pesquisa de Campo/ Observação direta.	44
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

REFERÊNCIAS.....59
APÊNDICES 67

1 INTRODUÇÃO

A história vem mostrando que o ingresso à educação no Brasil era um privilégio concedido a um grupo específico e bastante limitado. Após o processo de democratização das escolas, o ensino passou a ser popularizado, o que facilitou o alcance à educação. Contudo, alguns grupos que não se encaixavam nos padrões considerados normais para o ambiente escolar, continuavam excluídos. Neste contexto incluía-se as pessoas com deficiência.

Na década de 1930 ocorreram importantes progressos no que se diz respeito à regulamentação das políticas educacionais, que tinha como finalidade oferecer melhorias na inclusão das pessoas com deficiências nas escolas, através da aprovação de leis, decretos e discussões orientadas para a popularização do ambiente escolar.

Mantoan (2003, p. 18) deixa claro que “a exclusão escolar manifesta-se de diversas maneiras, quase sempre o maior desafio é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. Com isso, a escola se democratizou aceitando a novos grupos sociais, mas, não os novos conhecimentos.

A cartilha do censo 2010 para pessoas com deficiência (BRASIL 2012, p. 6) aponta que 45.606.048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências estudadas (auditiva, visual, motora e mental ou intelectual). O equivalente a 23,9% da população brasileira.

A Lei Federal nº 13.146/2015 faz a seguinte observação acerca das pessoas com deficiência:

Considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Acessibilidade), destaca que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Neste contexto, apesar do Estado reconhecer que deve garantir o atendimento educacional especializado, tem se mostrado por muitas vezes incapaz de executar essa tarefa. As pessoas com deficiências têm que se adaptar a situação existente na instituição de ensino, quando

o correto e garantindo por lei é que a instituição se adapte para o acolhimento dessa pessoa.

Atualmente, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir 2005), assegura o acesso pleno das pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio da criação de propostas que propõem a eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

O presente estudo aborda a temática da acessibilidade dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, a acessibilidade é um tema muito abrangente e complexo, dessa forma a delimitação do tema se faz necessária, sendo abordado apenas os requisitos acessibilidade arquitetônica e pedagógica. Sendo o Campus Palmas a instituição a ser diagnosticada através da realização de uma pesquisa empírica com abordagem exploratória e descritiva.

Devido ao tamanho da instituição para operacionalidade do projeto o objeto de estudo escolhido para a observação da acessibilidade arquitetônica foi o prédio 1 (prédio antigo), sendo observados todos os blocos do prédio com exceção do ginásio poliesportivo.

1.1 Problema de pesquisa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas é uma instituição de ensino responsável pela oferta de diversos níveis de ensino e possui um grande fluxo de tramitação diária de pessoas, por essa razão deveria servir de exemplo para as demais instituições, tanto no domínio público quanto no domínio privado, contribuindo para gerar igualdade de oportunidades e ressaltar as qualidades e capacidades de todas as pessoas.

O campus Palmas –IFTO, recebe constantemente variados eventos de caráter educacional, esportivo e de entretenimento. Sendo todos abertos ao público em geral. Além de, realizar diversas atividades de extensão, pesquisa e ensino, que auxiliam no crescimento da sociedade e do cenário institucional. Portanto, se torna obrigatório investigar como o Campus Palmas tem se adequadado e adaptado para atender a legislação referente a acessibilidade.

Dessa forma percebe-se a necessidade da realização de um estudo com o propósito de responder o seguinte questionamento: O que o campus Palmas/IFTO tem realizado para atender as determinações do Programa de Acessibilidade na

Educação Superior (incluir), e da lei nº 13.146 /2015, em relação a promoção da acessibilidade arquitetônica e pedagógica?

1.2 Hipóteses

- A acessibilidade é um fator importante dentro da instituição?
- O IFTO está de acordo com as legislações vigentes?
- É possível identificar quais aspectos não estão atendendo a legislação?
- É possível indicar as melhorias e adaptações a serem executadas dentro na instituição?
- A execução das melhorias e adaptações sugeridas são de fatos viváveis?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O seguinte trabalho tem o objetivo de analisar a implementação da lei nº 13.146 /2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e do Programa Incluir, no Campus Palmas nos requisitos para promoção da acessibilidade arquitetônica e pedagógica. Com a intenção de agregar ideias junto a instituição para oferecer condições de acessibilidade aos que transitam pelo campus.

1.3.2 Objetivos específicos

- Diagnosticar a existência de estrutura arquitetônica e recursos pedagógicos exigidos pela legislação dentro da instituição;
- Identificar as necessidades do Campus quanto a acessibilidade dos PcD's;
- Propor ações que permitam a inclusão de PcD's no Campus Palmas.

1.4 Justificativa

As políticas públicas, em específico as políticas sociais possuem o objetivo de simplificar a convivência da sociedade, expondo as diferenças humanas e

executando ações que proporcionem a redução das desigualdades sociais, colaborando assim, para o fim do constrangimento e preconceito.

Para assegurar a qualidade de vida para as pessoas com deficiência é obrigatório que a acessibilidade se amplifique para os vários setores da sociedade permitindo, assim, que essas pessoas tenham acesso a várias formas de serviços e consequentemente obtenham uma melhora na sua qualidade de vida.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas registra um número significativo visitantes que necessitam de atendimento especial, para isso, é assegurado à eles pela Lei de Acessibilidade, as possibilidades e oportunidades de alcance para utilização, com segurança e independência, de espaços físicos, mobiliários, equipamentos urbanos, transportes, informação e comunicação e, inclusive, sistemas e tecnologias.

Portanto, se torna obrigatório investigar como as Instituições de Ensino tem se adequado e adaptado para atender esta legislação. O presente trabalho tem como intenção agregar ideias junto a instituição para oferecer condições de acessibilidade aos que transitam pelo campus, apresentando propostas de melhorias de acessibilidade aos meios físicos e aos recursos pedagógicos no Instituto.

A escolha dessa temática se deu devido ao Campus Palmas registrar junto ao seu público discentes, docentes com diversos tipos de deficiências, permanentes ou temporárias como no caso de pessoas que tem mobilidade reduzida devido a alguma circunstância adversa, que convivem com a falta da acessibilidade e consequente do não cumprimento das leis vigentes que determinam as adequações necessárias que asseguram a permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino.

Desta forma, o desenvolvimento do presente trabalho, por uma estudante de gestão pública, justifica-se visto que, a acessibilidade é fundamental para uma sociedade justa e íntegra, uma vez que cria condições igualitárias a todos os cidadãos. Por ter cursando o ensino médio e o superior na instituição a autora presenciou situações onde a acessibilidade se fez necessária porem era inexistente, ou falha, despertando dessa forma a vontade de desenvolver um trabalho com essa temática.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Políticas Públicas

As Políticas Públicas estão ligadas a um conjunto de ações e decisões do governo, com o foco de resolver problemas diversos da sociedade, em conforme com o trecho encontrado em Sousa (2006, p. 26) que faz a seguinte conceituação de políticas públicas:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUSA, 2006, p. 26)

E, relata ainda sobre a importância da formulação de política pública em uma democracia.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUSA, 2006, p. 26)

Pelo fato da política pública ser abrangente não ter regras exclusivas, é possível analisar a maneira como o governo trabalha, podendo dessa forma ser utilizada como instrumento de pesquisa de interesses sociais e políticos uma vez que abrange diversos atores em diferentes cenários.

Saraiva (2006, p. 28) relata que políticas públicas “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade [...]”.

Afirma ainda (2006, p. 28) que “O processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto”. Neste contexto, o fluxo de decisões públicas citado por Saraiva, é o responsável por definir os cenários seguintes.

O equilíbrio ou desequilíbrio social por Saraiva (2006) está correlacionado a escolha do gestor que deve ter a sensibilidade para identificar e selecionar as prioridades e então tomar decisões imparciais que beneficiem a sociedade como um todo, deixando de lado o seu interesse pessoal. A decisão do gestor é fundamental e exige responsabilidade, uma vez que a seleção de prioridades é o primeiro passo da elaboração de uma política pública e exerce influência em todo o processo.

Para um processo de elaboração de Políticas Públicas ser completo as fases devem ser atendidas iniciando pela formação da Agenda, onde acontece a seleção das prioridades. Seguida da formulação de políticas onde ocorre a apresentação de alternativas, e logo após a etapa de tomada de decisão onde ocorre as escolhas das ações vem a implementação ou a execução das ações. Considerado a última fase do ciclo vem a avaliação que na verdade deveria ser uma constante em todas as fases devido ser o momento onde se analisa a eficiência, eficácia e sustentabilidade das ações desenvolvidas.

Neste contexto, muitos gestores, tomado pela vontade de atender seus interesses particulares buscam priorizar as políticas que possam a vir a trazer algum benefício particular, ignorando, então, o ciclo de políticas públicas, pulando fases importantes para a elaboração e implementação de uma política pública.

A falta de preparo de grandes partes dos gestores brasileiros leva a uma sequência de erros e desperdício de recursos, como por exemplo: começar o ciclo pela terceira fase (tomada de decisão), antes da primeira e segunda (seleção de prioridades, apresentação de alternativas). O que gera desperdício de recursos, pois o gestor tende a começar um projeto, que é inviável de ser realizado o que gera muitos projetos inacabados, ou projetos finalizados que não atendem à demanda social.

Albarelo (2012, p. 67) evidencia a importância da capacitação para gestores públicos:

“A capacitação dos gestores representa um passo primordial no processo de discussão acerca de métodos de gestão compatíveis com a realidade do setor público. O despertar da participação consciente e ativa da sociedade no processo de gestão é outro requisito que deve ser levado mais a sério, já que o objetivo da gestão pública se volta em totalidade aos interesses sociais. Mas para que haja tais mudanças, o processo deve ser amparado pelo cumprimento das leis.”

Outro erro identificado nas políticas públicas é a descontinuidade administrativa, isso significa que a cada mudança de gestor acaba mudando as políticas implantadas, que vão de acordo com os interesses de cada gestor.

A sociedade também é falha no processo de acompanhamento e fiscalização da implementação de políticas públicas, a falta de cobrança e fiscalização por parte da sociedade permite que o gestor público atenda somente as áreas de seu interesse.

Para Theodor Lowi (1964; 1972), Dentro de um processo de políticas públicas, existem formatos de políticas públicas: a) políticas distributivas; b) políticas regulatórias; c) políticas constitutivas e; d) políticas redistributivas.

“[...] políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos.” (LOWI 1972 *apud* SOUZA, 2006, p. 9)

2.1.1 Políticas Públicas redistributivas

Azevedo (2003, p. 1-2) traz o seguinte conceito a respeito das políticas redistributivas: “O objetivo das políticas públicas redistributivas é redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos.”

As políticas redistributivas têm como características serem universais e garantidas por projetos de lei ou programas governamentais. São bastante criticadas pois é possível perceber que uma parte deve perder para a outra ganhar, o que gera determinado incômodo, acompanhado de um pensamento indevido, onde a parte que não se beneficia acredita estar pagando a mais por algo que não tem retorno.

Por outro lado as pessoas beneficiadas apoiam as políticas e defendem a sua importância, pois garante a eles condições de se igualar aos demais dentro da sociedade, ou em outras palavras reduzem a desigualdade social.

2.2 Políticas Públicas para Pessoas com deficiência

Quadro 01- Legislação sobre acessibilidade

LEGISLAÇÃO
Constituição Federal de 1988 (CF/88)
Declaração de Salamanca de 1994
Decretos: n° 914/93; n° 3.956/01; n° 5.904/06; n° 6.949/09; n° 7.612/11
Leis Federais: n° 7853/89; n° 8.742/93; n° 8.859/94; n° 9.934/96; n° 10.048/00; n° 10.845/04; n° 11.133/05; n° 13.005/14; n° 13.146/15
NBR 9050/1994; NBR 14.020/1997; NBR 14.273/1999; NBR 13.994/2000; NBR 15.290/2004; NBR 14.021/2005; NBR 15.250/2005
Portaria: n° 3.284/039
Resolução: CNE/CEB – 2011

Fonte: Elaborado pela Autora

A Constituição Federal – é o principal instrumento jurídico de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, além de garantir a todos o direito à igualdade, à dignidade, à não discriminação e à educação. A Constituição trata de medidas como o direito à inserção no mercado de trabalho, as reservas de vagas em concursos públicos e a previsão de eliminação de barreiras arquitetônicas.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe em seu artigo 23, que "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência" (BRASIL, 1988).

A respeito do ensino às Pessoas com deficiências a Constituição Federal traz em seu artigo 208 que:

- III- Atendimento educacional especializado aos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL 1988)

A Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 estabelece normas gerais para o exercício da cidadania das PcD's e define as responsabilidades do Poder Público. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da PPD – CORDE, Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes e dá outras providências.

No ano de 1993, a Lei Federal nº 8.742, vem tratar o lado social das pessoas que tem deficiência. Desta forma, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nos artigos 20 e 21, estabelecem critérios para a concessão do "benefício da prestação continuada que é de um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família".

Que vem ser completada através do Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993 onde estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com o objetivo de desenvolver ações conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

No ano seguinte, a Lei Federal nº 8.859 estabelecida em 23 de março de 1994, vem modificar os dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

A Declaração de Salamanca, de 10 de junho de 1994 dispõe os princípios, política e prática em educação especial, com o objetivo de proporcionar a inclusão das pessoas com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino.

No ano de 1996, a Lei Federal nº 9.934, de 20 de dezembro, dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) mantém a divisão do sistema de ensino em regular e especial, admitindo a possibilidade de substituição daquele, regular, pelo especial.

Assim, o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 vem regulamentar a Lei 7.853/89 a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da pessoa com deficiência, e consolida as normas de proteção através de um conjunto de orientações normativas que tem o objetivo de assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

A acessibilidade garantiu lugar nas instituições públicas e privadas, com a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que passou a dar prioridade de atendimento às pessoas que especifica as pessoas com deficiência.

A acessibilidade vem ser fortalecida através da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 quando estabelece requisitos mínimos de acessibilidade que abrangem desde as vias públicas, parques, espaços livres, estacionamentos, reformas e construção de edificações de uso coletivo e privado. Conforme os padrões técnicos testados e aprovados na Norma Brasileira 9050/94 sobre Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos e outras normas complementares.

No ano seguinte foi garantido as pessoas com deficiência o ingresso no ensino ainda na educação infantil (creches e pré-escolas), através da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 que definiu as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas fases.

Ainda em 2001 o combate a discriminação contra a pessoa com deficiência foi consolidado através do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro, decretou a Convenção Interamericana que possuía o objetivo evitar e eliminar todas as formas de

discriminação contra as pessoas com deficiência e proporcionar a sua integração na sociedade.

Em 2002, um importante marco foi a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais a considerando como meio legal de comunicação e expressão.

No ano 2003, com o objetivo de garantir as pessoas com deficiência condições primordiais de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino superior, instituiu-se a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro, contendo disposições de acessibilidade para pessoas com deficiências, criando os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições de ensino superior.

Em 2004, visando cumprir o art. 208 da Constituição foi constituído o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência, através da Lei Federal nº 10.845, de 5 de março, com o intuito de garantir a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular.

No ano de 2005, através da Lei Federal Nº 11.133, de 14 de julho, foi oficializado o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência O Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes, que já havia sido instituído pelo movimento social em um encontro nacional com todas as entidades nacionais no ano de 1982, com todas as entidades nacionais, que justificaram a escolha da data pela proximidade com o dia da árvore e da primavera como símbolo do nascimento de reivindicações por cidadania e condições igualitárias.

Ainda em 2005, com a finalidade de consolidar a Lei nº 10.436/22 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00, foi instituído o Decreto Federal nº. 5.626, de 22 de dezembro, contendo as disposições legais sobre a Língua Brasileira de Sinais e o seu uso como modalidade de ensino.

Outro avanço para acessibilidade da pessoa com deficiência foi a instituição em 2006, do Decreto nº 5.904, de 21 de setembro, que permitiu a pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia.

No ano de 2009, foi divulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que tinha o propósito de proporcionar, proteger e

assegurar o exercício dos direitos humanos e liberdades das pessoas com deficiência. Sendo oficializada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto.

Promulgado pelo Decreto nº 6.949/09 e com o objetivo de promover por meio da integração de políticas, programas e ações, o exercício de todos os direitos das pessoas com deficiência, foi instituído no ano de 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Sendo publicado no Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro.

Atualmente a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento as necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Um importante avanço para o tema foi a criação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, onde é instituída a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015)

O capítulo IV do Estatuto da Pessoa com Deficiência trata exclusivamente sobre o direito à educação, traz a obrigação do Estado para com as Pessoas com Deficiência (PcD’s), estabelecendo que:

[...] A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem [...] É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. [...]

A associação brasileira de normas técnicas (ABNT), trata do tema acessibilidade em alguma de suas normas técnicas, as principais são:

- “NBR 9050:1994 – Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano;
- NBR 14.020/1997 – Acessibilidade a pessoa com deficiência – Trem de Longo Percurso.
- NBR 14.273/1999 – Acessibilidade a pessoa com deficiência no Transporte Aéreo Comercial.

- NBR 13994/2000 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa com Deficiência.
- NBR 15.290/2004 - Acessibilidade em comunicação na televisão.
- NBR 14021/2005 - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.
- NBR 15.250/2005 - Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário. “

Vale a pena ressaltar que apenas a existência de uma legislação não garante que os direitos à acessibilidade sejam de fato efetivados.

2.2.1 Acessibilidade

Recentemente o assunto acessibilidade passou a fazer parte das discussões referente as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência (PcD's) no Brasil.

Historicamente o termo acessibilidade surgiu na década de 50, após denúncias feitas pelos profissionais da área de reabilitação, que passaram a relatar a real situação de acesso das pessoas com deficiência aos lugares e serviços primordiais e garantido a todos os cidadãos.

O Brasil em sua Lei nº 10.098/2000 conceitua a acessibilidade sendo:

“à possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital.”

A acessibilidade possui diversos conceitos e definições e pode ser entendida como a oportunidade que um indivíduo possui de assimilar, interagir e comunicar-se com outros cidadãos, possuindo ou não dificuldade de mobilidade ou de compreensão. Atualmente a acessibilidade é vista como um modelo de inclusão, evidenciando que as dificuldades são mais complexas e vão além da questão mobilidade.

A ABNT 9050 faz a diferenciação entre acessibilidade e acessível, acessibilidade seria a oportunidade de utilização de espaços com segurança, enquanto acessível seria o espaço pronto, possibilitando a utilização de qualquer pessoa.

A ABNT 9050 estabelece diversas normas técnicas de extrema importância no que diz respeito a temática acessibilidade, definindo-a como:

“À possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Já acessível é o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.”

De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

“Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.”

A acessibilidade tem como objetivo garantir que as pessoas como deficiência tenha uma qualidade de vida melhor, conseguindo executar atividades básicas do cotidiano, com os seus direitos e sua independência sendo assegurados.

O Decreto 5.296/2004 discorre sobre o que se faz necessário para a completa acessibilidade relatando que:

“Para a completa acessibilidade é necessário o estabelecimento e cumprimento de legislações, normas técnicas e planejamento, sem desconsiderar, contudo, a qualidade do desenho, da execução ou da manutenção dos equipamentos, das instalações ou do meio urbano. Contudo, compete ao poder público, em todas as esferas, promover e fiscalizar a implantação de novas obras considerando as condições de acessibilidade ao meio urbano. O poder público, em todas as esferas, é responsável por promover e fiscalizar a implantação de novas obras considerando as condições de acessibilidade ao meio urbano.”

Um lugar com um número elevado de lugares e espaços adaptados alcançando a acessibilidade em toda sua essência e de extrema importância para permitir aos PcD's desenvolverem atividade de todos os aspectos sejam eles culturais, sociais, entretenimento, etc. O que lhes garante uma condição de vida mais igualitária e digna.

Oliveira (2003, p. 3), também faz uma importante observação acerca do tema acessibilidade:

“Atualmente, a acessibilidade leva em consideração também as pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência temporárias, pessoas cardíacas, obesas, pessoas que utilizam cadeiras de rodas, bengalas ou muletas, entre outros que vivenciam no seu cotidiano, obstáculos ou barreiras que o impedem de ir e vir. Portanto, a falta de acessibilidade sociedade não é um problema individual daqueles que apresentam deficiência, mas sim coletivo, pois interfere na vida de muitas pessoas.”

A realidade é que atualmente a acessibilidade está longe de se estabilizar, ao andar pela cidade é possível encontrar várias escolas, lojas e outros estabelecimentos que não cumprem nenhuma das normas de acessibilidade, o que torna a acessibilidade uma questão social e de interesse de todos os integrantes da sociedade.

2.2.2 Acessibilidade no ensino superior

“Atualmente, é no âmbito da educação superior que se encontra o maior avanço na implantação de ações que buscam democratizar o acesso dos grupos historicamente excluídos do sistema educacional até porque é nesse nível que a questão é mais evidente.” (Ministério da Educação - Direito à Educação Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais, Brasil, 2006, p. 15).

A acessibilidade no ensino superior é garantida pelo Programa Acessibilidade ao Ensino Superior, Incluir/2005, que “determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.”

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2008, p. 12) afirma:

“Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.”

Neste contexto, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é de extrema importância para as pessoas com deficiência,

pois garante o acesso à educação a todos os estudantes, abordando todos os aspectos necessários para garantir a permanência e participação dos alunos PcD's.

O documento “Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” (Brasil 2015, p. 25) faz a seguinte citação a respeito da educação inclusiva:

“Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.”

A escola como ambiente de convívio social deve ser responsável por elaborar ações de combate a todo tipo de discriminação, tratando-se das pessoas com deficiência é importante a inclusão ao convívio social, para que seja possível eliminar a sensação de inferioridade que pode vir a levar o aluno PcD's a se isolar e desistir do ensino regular.

Segundo o Documento de Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior (Brasil 2013, p. 3) “na educação superior o debate sobre a inclusão se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino”.

E, afirma da necessidade das Instituições de adequar as necessidades da acessibilidade no sentido de materializar, sobretudo, os princípios da inclusão:

“[...] necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, haja vista que tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Isso por que, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras. Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes.”

A dificuldade em adaptar a inclusão no ambiente escolar justifica-se muitas vezes na necessidade de reformas físicas e curriculares nas instituições. Gerando, assim, fatores como o incômodo e a resistência a essas mudanças. Neste sentido, faz necessário a criação de leis específicas que garantem o acesso à de qualidade aos

PcD's, determinando que as instituições façam adaptações no sentido de garantir inclusão destes grupos apresentados.

A Lei nº 10.861/04, trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, em seu artigo 1º - § 1º destaca, entre as suas finalidades:

“[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.”

A respeito da lei nº 10.861/04, Aranha (2004, p. 14) faz a seguinte colocação: “[...] A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos.”

É importante esclarecer que as adaptações para tornar a educação inclusiva são contínuas e, portanto, se faz necessário uma constante busca por melhorias que visem integrar os alunos com deficiência.

2.3 Recursos para promoção de acessibilidade

2.3.1 Tecnologia assistiva

A acessibilidade traz maior independência, qualidade de vida e inclusão social às pessoas com deficiência, e uma grande aliada para o provimento desses benefícios é a “tecnologia assistiva”.

O Comitê de Ajudas Técnicas da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) deliberou que:

“Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CORDE/SEDH/PR, 2007)’.

Cook e Hussey (1995) definem Tecnologia Assistiva como "uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para

melhorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências” (Cook & Hussey, 1995, apud Bersch, 2013, p. 2).

Bersch & Tonolli (2006, apud Bersch, 2013, p. 2) relata que:

“Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão.”

2.3.2 Acessibilidade pedagógica

A acessibilidade pedagógica deve proporcionar um processo de desenvolvimento do conhecimento acessível a todos os indivíduos, e por tanto, deve proporcionar, segundo Breitenbach (2014) acesso ao currículo e requer os provimentos para a acessibilidade.

Quadro 02. **Provimentos da acessibilidade pedagógica**

Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos
Adequação nos mobiliários e equipamento
Adequação de objetivos;
Adequação de conteúdo;
Adequação de métodos e didática;
Adequação nas avaliações;
Adequação de tempo;
Os estudantes e servidores surdos deverão ser acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebook, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala; e
Atendimento Educacional Especializado.

Fonte: BREITENBACH (2014)

Breitenbach (2014) diz que a instituição deve oferecer ainda um atendimento Educacional Especializado, que objetiva a inclusão de cada uma das PcD's que a frequentam. Como:

“[...] Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados; Orientação aos coordenadores de cursos e professores; Encaminhamento/solicitação de adequações didático pedagógicas; Orientação aos monitores; Encaminhamento de adequações de materiais didáticos; Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação; e Trabalho colaborativo com outros profissionais. [...]”

2.3.3 Tecnologias assistiva nas comunicações e informações

A expressão Tecnologia Assistiva, foi utilizada pela primeira vez no ano de 1988:

“O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil Como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como *Public Law 100-407*, que compõe, com outras leis, o *ADA - American with Disabilities Act*. Este conjunto de leis regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. Houve a necessidade de regulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte legal, a população norte-americana, de pessoas com deficiência, passa a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral.” (BERSCH, 2005).

A tecnologia assistiva dentro da comunicação e informação estuda diversos meios e ferramentas que facilitam a acessibilidade no ambiente escolar. Ocasionalmente a inclusão das PcD's de forma que permita interação efetiva com as demais pessoas.

De acordo com Sartoretto e Bersch (2014) é “a possibilidades de troca de informações entre pessoas, com ou sem auxílio de meios de comunicação alternativa, e à aquisição de informações gerais através de suportes informativos. São importantes a acústica dos ambientes, pois excesso de ruído dificulta a comunicação; a presença de sinais, pictogramas complementando informações escritas; e os meios de tecnologia assistiva, como programas computacionais para surdos e cegos. A tecnologia assistiva para sanar déficits de comunicação e informação é oferecida através de recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma.”

Sartoretto e Bersch (2014) também afirmam que “são muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS (Picture Communication Symbols) ou Bliss além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim. Outra possibilidade de inclusão é dada pelos equipamentos de entrada e saída (sintetizador de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, que tem como função única é gerar um clique que o computador interpretará como um comando de seu usuário, é a forma mais simples de se interagir com um computador, daí a sua importância como interface para a comunicação alternativa. E também os softwares especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem as pessoas com deficiência a usarem o computador.”

2.3.4 Mobiliário Escola Acessível

No sistema atual de ensino a aula é planejada como uma atividade exercida em conjunto, onde professor e aluno interagem paralelamente. Eyer (2003, p 3), afirma que “O mobiliário escolar é dimensionado considerando o uso coletivo, sem se considerar a especificidade do público a que se destina. Sua definição tem seguido ao padrão médio”.

O Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares define o mobiliário escolar como:

[...] conjuntos de elementos, que são: Conjuntos para trabalhar e sentar – são as carteiras escolares, assentos e mesas, bancadas; Conjuntos para guardar – são objetos para estocagem e armazenamento dos materiais, como armários e estantes; Conjuntos para expor – são os elementos que ficam dispostos na vertical, quadro branco, mural, quadro de projeção, cavaletes, etc. [...] (CEBRACE, 1978)

Eyer (2003, p 4), diz que “a questão do mobiliário, assim como a dos materiais pedagógicos, é apontada como fundamentais para viabilizar a presença do aluno na escola. Quando se trata de aluno com deficiência, este fator é de significativa importância já que, por fugirem do padrão, independentemente do local, estes estudantes tem sua autonomia relativizada pelos equipamentos e objetos auxiliares disponíveis a seu uso.”

Assim os conjuntos dos mobiliários devem ter novas dimensões, a exemplo:

- Mesa adequada para o uso de crianças que usam cadeira de rodas.
 - Localizar-se em um corredor largo, possibilitando posicionamento em qualquer local na fileira;
 - Sem obstáculos, como pés e gaveteiros que dificultem a aproximação das cadeiras de rodas;
 - Altura adaptável.
- Mesa escolar adaptada, que deve ter:
 - Base traseira da estrutura alargada; o Ponteiros de borracha antiderrapante com regulagem para evitar desnivelamento do solo;
 - Tampo da mesa oitavado com acabamento em MDF e anteparo para objetos;

- Tampo da mesa com três níveis de regulação de inclinação;
- Regulação de altura do tampo da mesa em relação ao solo.
- Cadeira Escolar que devem ter:
 - Regulação de altura e de inclinação do assento em relação ao solo;
 - Porta objetos embaixo do assento; o Apoio de pé removível com regulação de altura e profundidade;
 - Apoio de cabeça removível com regulação de altura e profundidade;
 - Cinto peitoral tipo camiseta (masculino) e borboleta (feminino);
 - Acabamento com ponteiros de borracha antiderrapante;
 - Assento e encosto anatômico ou plano feito sob medida ou padrão;
 - Apoio de tronco plano independentes com regulação deslizante na altura e largura.

2.4 Barreiras para Acessibilidade

A portaria n.º 1.679/99 e o decreto n.º 3.298/99 serviram com fundamentação para a Secretaria de Educação Especial elaborar um material para orientar as Instituições de Ensino Superior no atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Portanto, para se alcançar a acessibilidade se faz necessário superar as seguintes barreiras:

Quadro 03. Tipos de Barreiras para acessibilidade

1- Barreira arquitetônica urbanística – são as que existem nas vias e nos espaços de uso público;
2- Barreira arquitetônica de edificações – são as existentes no interior dos edifícios e prédios, sejam eles públicos ou particulares;
3- Barreiras de comunicação – qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de uma mensagem por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. Podem ser eliminadas adotando-se códigos como Braille, letras ampliadas. Língua de sinais, legendas, etc.;
4 Barreiras curriculares – são as existentes no currículo escolar (organização, Conceituação de acessibilidade no ensino superior 12 objetivos, conteúdos, avaliação, procedimentos didáticos, atividades, temporalidades);
5- Barreiras atitudinais – ocasionadas pelas atitudes das pessoas frente às deficiências e diferenças, como consequência da desinformação e do preconceito. Podem ser eliminadas pela postura, principalmente ética, e pelo conhecimento.

Fonte: Lei Federal 10.098/2000

2.4.1 Barreiras Arquitetônica Urbanística

A ABNT 9050/2004 defini barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental como: “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.”

Lamonica, (2008, p. 2) traz a seguinte afirmação:

“A acessibilidade é um direito do cidadão assegurado por lei para que os portadores de deficiência tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social. Barreiras arquitetônicas interferem na vida destes podendo deixá-los a parte da convivência e vida social [...]”

De acordo com o Manual de Acessibilidade da ABNT (2004) “barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.”

Dessa forma os ambientes que não possuem adaptações ou não são preparados para receber as PcD's acaba por contribuir para a exclusão social. É notório como as barreiras arquitetônicas conseguem atrapalhar a circulação das pessoas PcD's e assim excluí-la de algum momento de convivência social.

A sensação de impotência por parte do PcD's gerado pelo empecilho pode acabar levando a um desinteresse e recusa de participação de atividades cotidianas na vida de qualquer pessoa.

Santos (1997, p. 5) compreende que “a acessibilidade está vinculada ao conceito de mobilidade com autonomia, fundamentada no direito universal. Uma arquitetura acessível, voltada para que todas as pessoas, tenham condições de ir e vir livremente se faz fundamental para o alcance dessa autonomia e direito.”

2.4.2 Barreiras Atitudinais

Pode ser definida como barreira que envolvem os preconceitos, e discriminações que acabem por promover a exclusão de um determinado grupo, nesse caso considerados a minoria.

Amaral (1998, p. 17) conceitua barreiras atitudinais da seguinte forma: “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais”.

Sassaki (2009, p. 3) faz a seguinte observação a respeito da adaptação das grades curriculares para receber os alunos PcD's.

“A sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer para este segmento populacional.[...] a realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade.”

A sensibilização da sociedade deve chegar até o profissional da educação, a adequação das grades curriculares podem gerar determinados incômodos aos profissionais, que de certa forma acabam saindo da sua zona de conforto rumo ao desconhecido, se faz necessário a compreensão das dificuldades de cada aluno para então escolher o melhor método de ensino para o aluno. Receber um treinamento também se faz necessário para que o profissional da educação não se torne mais um ator no papel da exclusão social.

O papel do educador é de extrema importância, pois cabe a ele como observador e formador de opinião combater qualquer tipo de preconceito gerado no ambiente escolar. O exemplo deve partir do mesmo que através da criatividade pode eliminar a exclusão dos PcD's e transformar o ambiente escolar agradável e acessível para todos os cidadãos.

O Ministério da educação faz as seguintes recomendações para superação das barreiras atitudinais dentro das escolas:

“O educador deve orientar seus alunos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos. Deve buscar meios de informar-se sobre as características de cada um dos seus alunos com ou sem deficiência, objetivando a compreensão de suas potencialidades e necessidades, para que possa ajudá-los de forma significativa. O aluno com deficiência física deve participar das atividades oferecidas pela escola, junto com os outros alunos, desempenhando tarefas ou papéis de acordo com suas possibilidades. O professor deve sempre estimular atividades nas quais predomine o espírito de equipe, onde cada um possa colaborar no que lhe for possível para que os objetivos comuns sejam atingidos. Os profissionais da escola, incluindo a equipe de apoio, devem estimular a todos os alunos a tomarem suas próprias decisões, de forma que eles possam se tornar cada vez mais independentes, facilitando assim, um processo de inclusão escolar que não se restringe apenas a alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos. (BRASIL 2006)

2.4.3 Barreiras de comunicação

Barreira de comunicação pode ser definida como a ausência de empecilhos na comunicação interpessoal através da fala ou língua de sinais, escrita e literatura inclusive em meios eletrônico e demais meio de comunicação em que qualquer cidadão tem por direito o acesso garantido.

Sassaki (2009, p. 2-3) faz as seguintes sugestões de adaptação para os três principais campos da acessibilidade: lazer, trabalho e educação.

“No campo do lazer Adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer. No campo do trabalho Total acessibilidade nas relações interpessoais: face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). No campo da educação Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc.” (2009, p. 2)

A barreira de comunicação é uma das mais complexa de se resolver, pois é a forma de expressão mais conhecida pela sociedade. O educador, deve se adaptar e buscar meios de comunicação através da linguagem de sinais, da utilização do braile e demais recurso possível para conseguir atender ao PcD's.

2.4.4 Barreiras Pedagógicas/Curriculares

Pode ser definido como dificuldade de acesso aos procedimentos e técnicas de aprendizagem de forma geral. Para amenizar o problema algumas adaptações devem ser feitas nas grades curriculares das instituições de ensino.

A adaptação curricular é importante passo para a inclusão, vale a pena ressaltar novamente a importância no empenho dos profissionais ligados a escola em se adaptarem e um melhor acompanhamento dos alunos PcD's, garantindo assim uma educação de qualidade para os cidadãos.

Sassaki (2009, p. 3) faz a seguinte observação a respeito da adaptação das grades curriculares para receber os alunos PcD's:

“No campo do trabalho Adequação dos métodos e técnicas de trabalho: treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento etc. No campo da educação Ensino e aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. Todos os integrantes da comunidade escolar devem ser informados e capacitados a respeito da Teoria das Inteligências Múltiplas a fim de que a sua aplicação se torne uma prática comum em toda a escola. Professores e alunos têm, no uso das inteligências múltiplas, o fator decisivo no sucesso do ensino e da aprendizagem. Em todas as aulas e nas atividades extraclasse, os alunos estarão valendo-se da combinação única de suas oito inteligências para aprender, realizar trabalhos, interagir socialmente etc. Os técnicos, em especial os psicólogos, devem também trabalhar com as inteligências múltiplas para si mesmos e para os alunos e familiares. Os funcionários administrativos da escola se beneficiarão muito com o conhecimento da teoria das inteligências múltiplas e passarão a melhor compreender os comportamentos dos alunos, resultando em um melhor relacionamento interpessoal com os mesmos.”

É perceptivo o despreparo no trato dos alunos PcD's por parte dos profissionais. A cerca dessa temática Ribas (2007, p. 95) afirma que:

“Professores que não tem o devido preparo não sabem avaliar características diferenciadas em alunos diferenciados. Aprendem e transmitem os conteúdos de suas disciplinas como se tivesse na sala de aula uma coletividade uniforme de alunos idênticos.”

Outro fator importância é a parceria que deve existir entre a instituição de ensino e os pais dos alunos PcD's, que através de incentivos e sugestões e participação no desenvolvimento de atividades, principalmente, as extras curriculares, contribuindo assim no processo de aprendizagem dos alunos.

2.4.5 Pessoas com deficiência (PcD's) e mobilidade reduzida

A Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, artigo I, de 9 de dezembro de 1975, traz a seguinte definição:

O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Ainda segundo a ONU (2007), cerca de seiscentos e cinquenta milhões de pessoas no mundo, o que representa 10% (dez por cento) da população mundial, sofre de algum tipo de deficiência, visível ou não visível, e cerca de 80% (oitenta por cento) delas vivem nos países em desenvolvimento.

Vale ressaltar que para uma sociedade ser inclusiva é obrigatória que todas as pessoas incluindo as que tem qualquer tipo de deficiência, consiga de forma digna realizar atividades básicas do dia a dia, conseguindo assim a sua independência e qualidade de vida em todos os aspectos sejam culturais, econômicas políticas ou sociais.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pela NBR 9050/2004, define que uma pessoa com mobilidade reduzida é “Aquele que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.”

Existem várias formas de uma pessoa com mobilidade reduzida, mas todas ressaltam a dificuldade de integração com o espaço a ser utilizado, o que dentro de uma escola pode atrapalhar o desenvolvimento social e intelectual.

De acordo com Censo da Educação Superior/INEP (2000, p. 4) considera-se estudantes com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, apresentando a seguinte classificação:

Quadro 04. Classificação deficiências

1 Baixa visão - acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
2- Cegueira – acuidade visual igual ou menor que 0,05 no menor olho, com a melhor correção óptica; ausência total de visão até a perda da percepção luminosa;
Deficiência auditiva – consiste na perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;
3- Deficiência intelectual – definida por alterações significativas, tanto no desenvolvimento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais;
4- Deficiência física – definida pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções e Transtornos globais do desenvolvimento - prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação;
5- Deficiência múltipla – definida pela associação, de dois ou mais tipos de deficiência (intelectual/visual/auditiva/física);
6- Surdo cegueira – trata-se de deficiência única, caracterizada pela deficiência auditiva e visual concomitante. Essa condição apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez.

Fonte: Censo da Educação Superior/ INEP 2000

Alencar (2013, p. 21) apud Sassaki 2003 afirma que: “Os portadores de deficiência ganharam visibilidade, e foram à luta pela garantia de seus direitos, o que contribuiu para que a sociedade os enxergasse como pessoas iguais a qualquer outra, apesar da deficiência.”

O fato das pessoas com deficiência sentirem que estavam sendo notadas permitiu a consciência dos mesmos, que puderam assim reivindicar os seus direitos básicos perante a sociedade.

Diniz (2007, p. 9-10) fala um pouco sobre os estudos sobre deficiência, afirmando:

“Os estudos sobre deficiência surgiram no Reino Unido nos anos 1970. Deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, tais como sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente.”

Os estudos a respeito da deficiência se faz importante para conhecimento e entendimento da real situação das pessoas que possuem deficiência, podendo assim atender as necessidades e buscar conveniências para melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Ainda sobre a temática deficiência, Diniz, Barbosa E Santos (2009, p. 4) afirmam:

“Há pelo menos duas maneiras de compreender a deficiência. A primeira a entende como uma manifestação da diversidade humana. Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Mas são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas. Já a segunda forma de entender a deficiência sustenta que ela é uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie.”

3 IFTO/PALMAS

O Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), antiga Escola Técnica Federal de Palmas, foi inaugurado em abril de 2003 e está habilitado para atender mais de 4.000 estudantes em seus três turnos de funcionamento.

Tem como Missão Institucional Promover o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

E como Visão Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Atualmente é uma referência de ensino no município e em todo o Estado devido oferta ensino em todas as modalidades. Dentre a oferta está:

- . 1 curso de Pós Graduação na modalidade Especialização (Especialização em Telemática);
- . 10 cursos superiores (Sistemas para Internet; Gestão Pública; Agronegócio; Gestão do Turismo; Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física; Licenciatura em Educação Física. Engenharia Civil e; Engenharia Elétrica);
- . 07 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Administração; Agrimensura; Agronegócio; Eletrotécnica; Eventos; Informática e; Mecatrônica);
- . 8 cursos Técnicos Subsequentes (Agrimensura; Controle Ambiental; Mecatrônica; Edificações; Eletrotécnica; Informática; Secretariado; Segurança do Trabalho);
- . 5 cursos Técnicos na modalidade EAD (Controle Ambiental; Administração; Secretariado; Agroecologia e; Segurança do Trabalho) e 2 cursos na modalidade Proeja. Atendimento; Manutenção e Operação de Microcomputadores).

O Campus Palmas também desenvolve atividades de extensão e pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade em geral. A unidade registra um quadro de servidores com 226 docentes e 109 técnicos administrativos e mais de três mil estudantes matriculados nos cursos regulares. (IFTO- portal eletrônico).

O IFTO/Palmas tem por objetivos:

- “I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de
- VI - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- VII - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFTO - Campus Palmas;
- VIII - realizar pesquisa aplicada e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas e educacionais, e estendendo seus benefícios à comunidade;
- IX - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- X - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- XI - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.”

3.1 O NAPNE-Campus Palmas/ IFTO

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas é responsável por vincular pessoas, setores, órgãos e instituições para o desenvolvimento de ações na implantação e implementação das ações inclusivas, sendo estruturado por servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFTO e instituições parceiras interessadas em desenvolver ações inclusivas.

Tem como objetivo geral: “criar na instituição Campus Palmas/IFTO a cultura da “educação para a convivência”, aceitação das diferenças, a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, e, paralelamente à disseminação de estudos sobre a temática do fenômeno da Inclusão.” (Regimento Interno Napne, 2011, p. 4- 5).

O Napne do campus Palmas tem os seguintes objetivos específicos:

- “I – Instituir programas e projetos na área da Educação Inclusiva, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão com êxito de alunos com necessidades específicas no IFTO;
- II – Estabelecer e divulgar políticas de inclusão e ações afirmativas no tocante a legislação em vigor no país;
- III – Proporcionar apoio sociopsicopedagógico aos docentes, quanto à inclusão de alunos com necessidades específicas;
- IV – Atender as especificidades dos discentes com necessidades específicas matriculados regularmente no IFTO;
- V – Oferecer orientações, capacitações, adequações e adaptações que garantam a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
- VI – Realizar, organizar e participar de eventos na educação Inclusiva, visando à sensibilização e à divulgação do Programa de Ações Afirmativas do IFTO, conveniados e demais parceiros;
- VII – Promover a formação inicial e continuada e/ou pós-graduação de profissionais do IFTO sobre a educação Inclusiva;
- VIII – Captar parcerias, convênios, recursos materiais e financeiros para realização das atividades no desenvolvimento da proposta de inclusão educacional;
- IX – Preparar pessoas com necessidades específicas para inserção no mundo do trabalho;
- X – Identificar os discentes com necessidades específicas e/ou com deficiência;
- XI – Acompanhar e mediar o processo de ensino-aprendizagem dos discentes favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar.” (Regimento Interno Napne, 2011, p. 5– 6).

O Napne atua no campus desde do ano de 2008, e é fundamental e de grande importância para a discente e ao docente portadores de deficiência visual que estão regularmente efetivados dentro da instituição, servindo como apoiador da permanência deles dentro da instituição, diminuindo as barreiras arquitetônica, pedagógicas e demais barreiras que estão ligadas a acessibilidade, tornando possível a acessibilidade dos mesmos dentro da instituição de ensino IFTO Campus Palmas.

O NAPNE/IFTO/Campus Palmas está vinculado à Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade (CEID) obedecendo ao Estatuto do IFTO e a todas as leis e as normas pertinentes às políticas de inclusão no ensino, na pesquisa e extensão do país e daquelas instituições e entidades a que se conveniar. Tem como fonte de orçamento recursos provenientes de convênios, parcerias, consultorias e serviços prestados, e do financiamento de projetos e de recursos das instituições e de editais das agências de fomento às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, no país ou no exterior.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente trabalho optou-se pelo o uso de um método de abordagem qualitativa, especificamente um estudo de caso de caráter exploratório ¹ e descritivo ² com o objetivo de analisar a existência da acessibilidade Arquitetônica e pedagógica de acordo com as Leis nº 13.146 /2015, e com o Programa Incluir no IFTO/PALMAS.

Devido ao tamanho do instituto que possui dois prédios em funcionamento, o objeto de estudo escolhido para a análise da acessibilidade arquitetônica foi o prédio 1, sendo analisada todos os blocos do prédio de acordo com as especificações presente na lei e no programa, com exceção do ginásio poliesportivo. O prédio 1 é o mais antigo, iniciando o seu processo de construção no ano de 1993, nessa época ainda não se discutia o tema acessibilidade pois geralmente os alunos que possuíam algum tipo de deficiência estudavam em locais próprios para o atendimento desse tipo de público e que por tanto possui mais adaptações a serem realizadas.

Para aferição das duas leis, foi utilizado a técnica de análise documental onde toda as três leis foram estudadas e pormenorizadas e transformadas em uma lista de verificações (checklist), chegando dessa forma a uma linha de investigação, onde foi possível realizar a listagem dos itens presente nas duas leis que se encaixavam na temática do trabalho e portanto deveria ser utilizado na pesquisa de campo/observação direta. Após a observação direta e preenchimento da lista de verificações (checklist).

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, a técnica escolhida para proporcionar maior familiaridade com o problema foi a técnica de aplicação de entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os atores envolvidos diretamente com aplicabilidade da Lei de acessibilidade no Campus Palmas e com alguns dos atores envolvidos com a utilização dessa lei. Desta forma, foram realizadas 5(cinco) entrevistas de forma informal.

¹Pesquisa Exploratória: proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008, p. 41).

² Pesquisa Descritiva: descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. (GIL, 2008, p. 42)

Segundo Gil (2008, p. 117) “entrevista pode ser definida como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.”

Para instrumentalização desse trabalho, o mesmo foi separado e realizado em 3 (três) etapas de coleta de dados, sendo elas, Pesquisa Exploratória/Aplicação de Entrevistas, Análise documental/Aferição das Leis e Pesquisa de Campo/ Observação direta.

4.1 Etapa 01: Aferição das Leis / Análise documental

No processo de aferição das leis, após a revisão bibliográfica foi possível desenvolver um processo de análise documental onde as duas leis utilizadas como norteadoras para a elaboração da lista de verificação foram aprofundadas, desta forma foi possível destacar e utilizar apenas os artigos e parágrafos referentes aos quesitos arquitetônicos e abordado nas duas leis.

A lei nº 13.146/15 possui a seguinte finalidade:

“Instituí a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.” (BRASIL, 2015)

De acordo com a análise documental a lei n ° 13.146/15, aborda a temática da acessibilidade arquitetônica no Capítulo I - disposições gerais, em seu Art. 55: § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º. E no Art. 57.

Enquanto a temática da acessibilidade pedagógica e tratada no Capítulo V- Do direito a educação em seu Art. 28, incisos: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII.

O programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) tem como objetivo:

[...]orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011. (BRASIL, 2013).

De acordo com a análise documental o Programa Incluir, aborda a temática da acessibilidade arquitetônica e da acessibilidade pedagógica nos Capítulo V-

Programa Incluir- acessibilidade na educação superior, especificamente nas páginas 13 e 14.

Após o aprofundamento da lei nº 13.146/15 e do Programa Incluir foi possível identificar os trechos se enquadram dentro da temática do presente trabalho, permitindo dessa forma elaborar a lista de verificação (checklist) que foi utilizado na pesquisa de campo/observação direta.

4.2 Etapa 02: Pesquisa Exploratória/Aplicação de Entrevistas

Nesta etapa foram entrevistados os atores envolvidos diretamente com aplicabilidade da Lei de acessibilidade no Campus Palmas e com atores envolvidos com a utilização dessa lei a fim de se obter dados relevantes a pesquisa. Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas estruturadas por formulação de perguntas referentes ao tema, realizada de forma informal com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, sendo possível o dialogo a cada pergunta executada.

A primeira entrevista foi realizada com o responsável pela Direção do Campus Palmas (apêndice A), sendo esse um ator envolvido diretamente com a aplicabilidade da lei, com o objetivo de obter dados referente a aplicação das duas legislações no instituto, questões como: fiscalização, projetos e recurso foram abordadas na entrevista que contou ainda com as sugestões de melhorias arquitetônicas e pedagógicas recomendadas pelo Diretor.

A segunda entrevista foi realizada com o responsável pela Gerência do Ensino Superior (apêndice B), por esse ser um ator envolvido na aplicabilidade da lei, com o objetivo de obter dados referente a implementação da acessibilidade e da sua importância no ensino pedagógico, a entrevista contou ainda com as sugestões de melhorias arquitetônicas e pedagógicas sugeridas pelo Gestor.

A terceira entrevista foi realizada outra com o responsável pela Coordenação de Educação Inclusiva e Diversidade (apêndice C), com o objetivo de obter dados referente ao cumprimento das leis, projetos de implementação da acessibilidade no campus, fiscalização, recursos e investimentos na área, contando ainda com questões como: a dificuldade de exercer a acessibilidade quanto coordenadora e também sugestões de melhorias arquitetônica e pedagógicas.

A quarta entrevista foi realizada com um docente do Campus Palmas que tem deficiência visual (apêndice D), o ator que vivencia a questão da acessibilidade

dentro do instituo pelo fato de ser um docente com deficiente visual, com o objetivo de obter dados pertinentes ao cumprimento da legislação, além de abordar a perspectiva do mesmo a respeito das necessidades e dificuldades encontradas no dia a dia dentro da instituição, contendo também com sua sugestão de melhorias arquitetônica e pedagógicas.

A quinta entrevista foi realizada com um discente que tem deficiência visual (apêndice E), e que portanto vivencia a questão da acessibilidade dentro do instituo pelo fato de ser um discente com deficiente visual, com o objetivo de obter dados pertinentes a perspectiva da mesma a respeito das necessidades e dificuldades encontradas no dia a dia dentro da instituição, contendo também com sua sugestão de melhorias arquitetônica e pedagógicas.

Todas as entrevistas realizadas serviram para coleta de dados referente a percepção dos atores envolvidos na temática da acessibilidade dentro do instituto seja pela sua aplicabilidade ou pela sua utilização.

4.3 Etapa 03: Pesquisa de Campo/ Observação direta.

Para realização dessa etapa utilizou-se como instrumento de observação uma lista de verificação dividida em 4 partes, sendo:

- . 1º parte: Lei nº 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência) quesito Arquitetônico;
- . 2º parte: Lei nº 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência) quesito Pedagógico;
- . 3º parte: Programa Incluir quesito Arquitetônico; e
- . 4º parte: Programa Incluir quesito Pedagógico.

No total a lista de verificação continha 9 (nove) questões e 16 (dezesesseis) tópicos.

A primeira parte da lista continha 2 (duas) perguntas sobre a lei nº 13.146/15, especificamente os quesitos Arquitetônicos, com o objetivo de avaliar se a instituição atendia ou não o que estava exigindo a lei. A pergunta de número 1(um) foi dividida em três tópicos: A, B, C, enquanto a pergunta de número 2 não possuía tópicos. Ambas possuíam três possibilidades de resposta: Sim; Parcialmente e Não e ainda

um campo de considerações onde deveriam ser anotadas todos os dados importante que estavam sendo observados em relação àquela pergunta.

A segunda parte contou apenas com 1 (uma) pergunta sobre a lei nº 13.146/15, sendo dividida em treze tópicos: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, todas as perguntas eram referentes aos quesitos pedagógico, e tinham como finalidade avaliar se a instituição atendia ou não o que estava exigindo a lei. Todos os tópicos possuíam três possibilidades de resposta: Sim; Parcialmente e Não e ainda um campo de considerações onde deveriam ser anotadas todos os dados importante que estavam sendo observados em relação àquela pergunta.

A terceira parte continha 4 (quatro) perguntas sobre o Programa Incluir, especificamente os quesitos Arquitetônicos presente no programa, com o objetivo de avaliar se a instituição atendia ou não o que estava exigindo a lei. Todas as questões possuíam três possibilidades de resposta: Sim; Parcialmente e Não e ainda um campo de considerações onde deveriam ser anotadas todos os dados importante que estavam sendo observados em relação àquela pergunta.

A quarta e última parte da lista contava com 2 (duas) perguntas a respeito do Programa Incluir, especificamente os quesitos Pedagógicos presente no programa, também com o escopo de avaliar se a instituição atendia ou não o que estava exigindo a lei.

Todas as questões presentes no checklist possuíam três possibilidades de resposta: Sim; Parcialmente e Não e ainda um campo de considerações onde deveriam ser anotadas todos os dados importante que estavam sendo observados em relação àquela pergunta.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto na metodologia as questões foram divididas em 4 partes, dessa forma as questões: 1 e 2 abordam a lei 13.146/15 nos quesitos arquitetônicos e a questão 3 engloba os quesitos pedagógicos presente da lei. As questões 4, 5, 6 e 7 abordam o programa incluir nos seus quesitos arquitetônicos e as questões 8 e 9 os quesitos pedagógicos.

A primeira parte da pesquisa inicia-se na questão de número 1 (um) da lista, que baseando-se na lei nº 13.146/15 a Art. 55 que trata dos quesitos da acessibilidade arquitetônica, contendo parâmetros a criação e a implantação de projetos referente ao meio físico que atendam aos princípios do desenho universal, tendo como orientação as normas de acessibilidade. A questão possuía três tópicos: A, B e C.

Conforme anexo F o tópico A verificou se o desenho universal foi utilizado como princípio de caráter geral na construção da estrutura existente no prédio 1 da instituição. Obteve a resposta “não”, indicando que a instituição não atende à especificação exigida no artigo. A pesquisa exploratória e pesquisa de campos indicaram que na época em que o projeto arquitetônico do Instituto foi elaborado a questão da acessibilidade ainda era pouca discutida, como afirma na sua entrevista o diretor geral do campus, pouquíssimos itens nesse bloco foram elaborados pensando-se em inclusão.

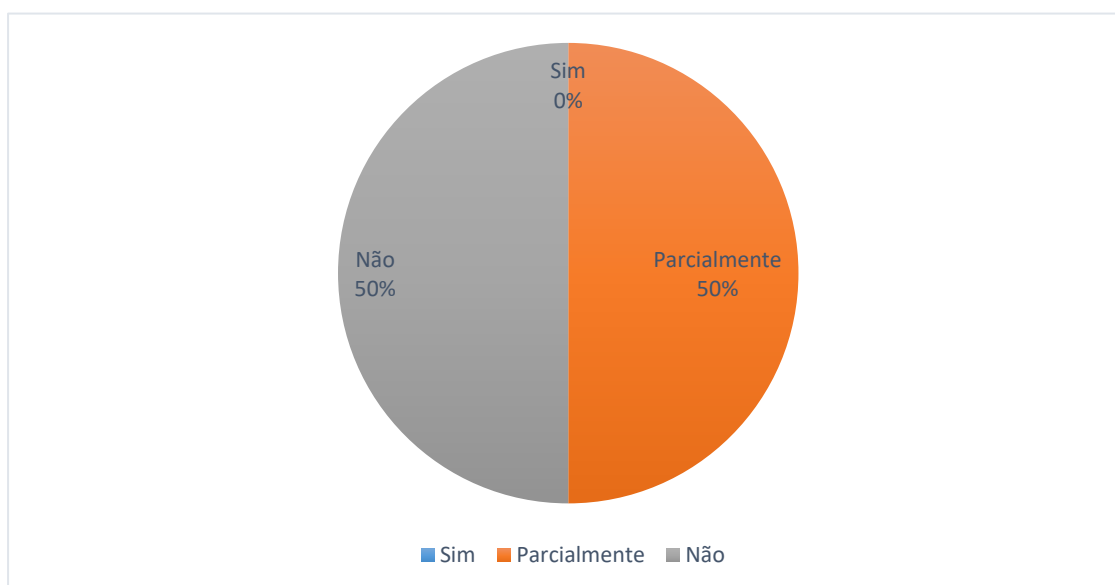
O tópico B verificou se nas situações em que comprovadamente o desenho universal não pôde ser utilizado, foram adotadas adaptações razoáveis. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que no prédio 1 existem adaptações feitas nos banheiros e no auditório. Existe também um o processo de licitação de piso tátil para ser instalado na instituição, porém para que essa adaptação seja feita no prédio 1, todo o material que constitui o piso atual o bloquete possui um desnivelamento e portanto deve ser trocado por granito ou qualquer outro material que seja plano o que acaba tornado mais caro e complexo o processo de adaptação do prédio 1.

O tópico C verificou a promoção da inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado. Obteve a

resposta “não”, indicando que a instituição não atende à especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo mostrou que ao se analisar a grade curricular do curso de engenharia civil ofertado pela própria instituição não existe nenhuma matéria específica com a temática desenho universal.

A questão de número 2 (dois) baseou-se na lei nº 13.146/15 a Art. 57 que aborda os quesitos da acessibilidade arquitetônica, verificando se as edificações públicas garantiam a acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, baseando-se nos princípios das normas de acessibilidade vigentes. A questão não possuía tópicos. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que existe Alguns lugares que possuem adequações como: Auditório que possuem rampas de acesso e os banheiros que possuem cubículos específicos. Porem existem edificações que não possuem adequações alguma como por exemplo: As salas de aula possuem desnivelamento (pequenos degraus) nas entradas, não possuem material adaptado para nenhum portador de deficiência; Os corredores de circulação possuem pilarem no meio das estruturas o que dificulta a circulação das pessoas com deficiência; Os acessos ao restaurante não possuem nenhuma sinalização, rampa ou corrimão que facilitem o deslocamento naquela área. Não existe profissionais especializados para o atendimento e mesas e cadeiras adaptadas

Gráfico 01- Lei nº 13.146/15 Quesitos Arquitetônicos



Fonte: Elaborado pela Autora

Pelo Fato da primeira parte da pesquisa possuir apenas duas questões com quatro tópicos no total, chega-se a um resultado em que segundo a lei n/13.146/15 o Instituto federal de educação ciência e tecnologia do estado do Tocantins – Campus Palmas nos requisitos necessários para promoção da acessibilidade arquitetônica cumpre 50% das exigências feita pela lei de forma parcialmente e em 50% dos requisitos ele não cumpre as exigências.

A segunda parte da pesquisa inicia-se na questão de número 3 (três) da lista, que teve como base a lei nº 13.146/15 a Art. 28 abordando os quesitos da acessibilidade pedagógica, analisando se o poder público assegura, cria, desenvolve, implementa, incentiva, acompanha e avalia os temas apontado em trezes (13) tópicos: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M.

Conforme anexo F o tópico A verificou se o sistema Educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, além do aprendizado ao longo de toda a vida. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que existem muitas melhorias a serem realizadas, porém o instituto vem buscando adaptações e possui uma coordenação específica para tratar desse assunto, ressalta-se que a coordenação faz o possível com os recursos que dispõem.

O tópico B analisou se o aprimoramento dos sistemas educacionais, objetivando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e permitam a inclusão plena. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo esclareceu que a coordenação da área faz adaptações momentâneas para estar incluindo essas pessoas no processo de aprendizagem, toda via, ainda necessita de muitas adaptações e recursos.

O tópico C verificou se existia um Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, permitindo a conquista e o exercício de sua independência. Obteve a resposta “Sim”, indicando que instituição atende as especificações exigida no artigo. A pesquisa de campo mostrou que existe a realização de projetos e atividade ofertados pela coordenação de inclusão e diversidade que visam oferecer a capacitação de profissionais.

O tópico D verificou a existência da Adoção de medidas específicas e coletivas em ambientes que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. Obteve a resposta “Sim”, indicando que instituição atende as especificações exigida no artigo. A pesquisa de campo esclareceu que a coordenação promove atividades com o intuito de promover esse desenvolvimento e presta todo o apoio necessário e possível para que a pessoa com deficiência participe do processo de aprendizagem, como pode ser constatado nas entrevistas realizadas.

O tópico E analisou a existência de um Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e facilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo esclareceu que existe o núcleo responsável pelo planejamento, o mesmo possui regimento interno e busca fazer as aquisições de recursos de tecnologias assistivas, inclusive conforme citado em entrevista já existe um levantamento acerca das tecnologias assistivas necessárias, porém não existe previsão para a chegada dessas tecnologias.

O tópico F analisou a existência da Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo esclareceu que a coordenação tem buscado realizar essa especialização de professores, porém tem enfrentado dificuldade pois geralmente somente aqueles professores que tem que trabalhar com os alunos com deficiência estão dispostos a se especializar.

O tópico G analisou a existência da Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que existe a oferta de especialização apesar de não ser aceita por todos, existe uma interprete e disponibilização de guias no caso os bolsistas da instituição.

O tópico H analisou a existência - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, ampliando as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação. Obteve a resposta “Não”, indicando que instituição não atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que o instituto ainda não fornece essa modalidade de ensino.

O tópico I verificou a existência do acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas. Obteve a resposta “Sim”, indicando que instituição atende as especificações exigida no artigo. A pesquisa de campo mostrou que apesar da falta de recursos e adaptações, conforme citado em entrevista o discente e docente com deficiência afirma que não são excluídos de nenhum conteúdo ou atividade dentro do instituto.

O tópico J analisou a inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos referentes campos de conhecimento. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que não existem matérias específicas, mas dentro de algumas matérias os temas são abordados ainda que superficialmente.

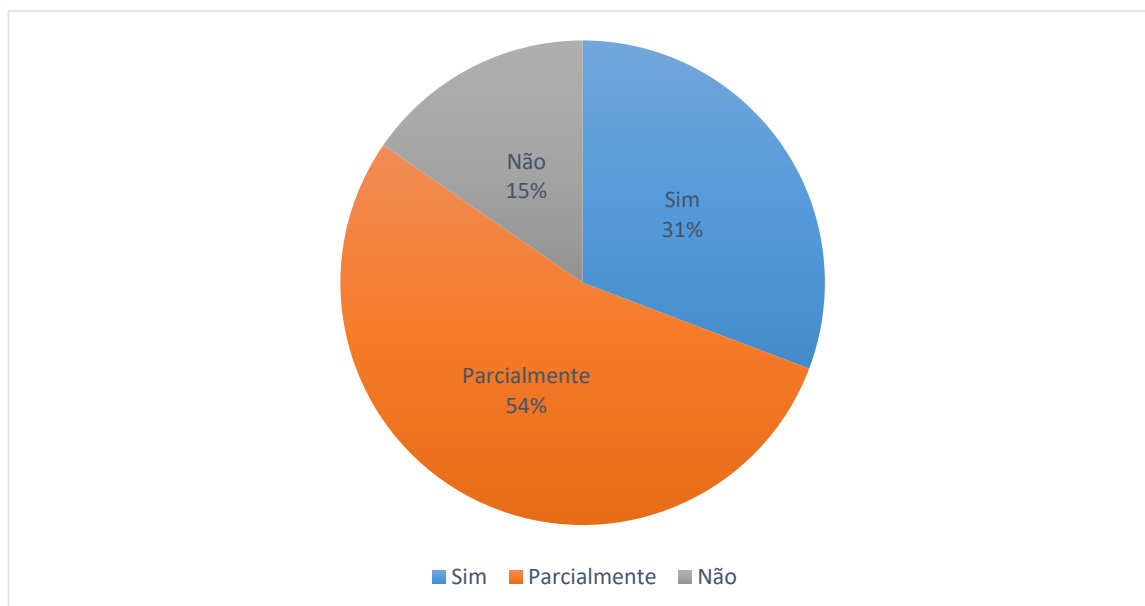
O tópico K analisou o acesso igualitário da pessoa com deficiência, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar. Obteve a resposta “Não”, indicando que instituição não atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de mostrou que existe a falta de adaptações e profissionais para realização desse acesso.

O tópico L analisou a acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais participantes da comunidade escolar aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de campo evidenciou que a acessibilidade aos ambientes não é plena.

O tópico M verificou se existia a oferta de profissionais para o apoio escolar. Obteve a resposta “Sim”, indicando que instituição atende as especificações exigida no artigo.

A pesquisa de campo mostrou que existe uma coordenação de inclusão e diversidade que busca fornecer todo o apoio necessário.

Gráfico 02- Lei nº 13.146/15 quesitos pedagógicos



Fonte: Elaborado pela Autora

A segunda parte da pesquisa possui apenas uma questão com treze tópicos no total, chegando a um resultado em que segundo a lei nº 13.146/15 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins - Campus Palmas nos requisitos necessários para promoção da acessibilidade pedagógica cumpre em 31% as exigências e tem um cumprimento parcial em 54% dos requisitos, não cumprindo dessa forma 15% das exigências.

A terceira parte da pesquisa inicia-se na questão de número 4 (quatro) da lista, baseada no Programa Incluir nos quesitos da acessibilidade arquitetônica. Onde se analisou se os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES serão planejados e implementados, atendendo os princípios do desenho universal. Obteve a resposta “Não”, indicando que a instituição não atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa mostrou que o prédio 1 por ser antigo não atende os requisitos do desenho universal.

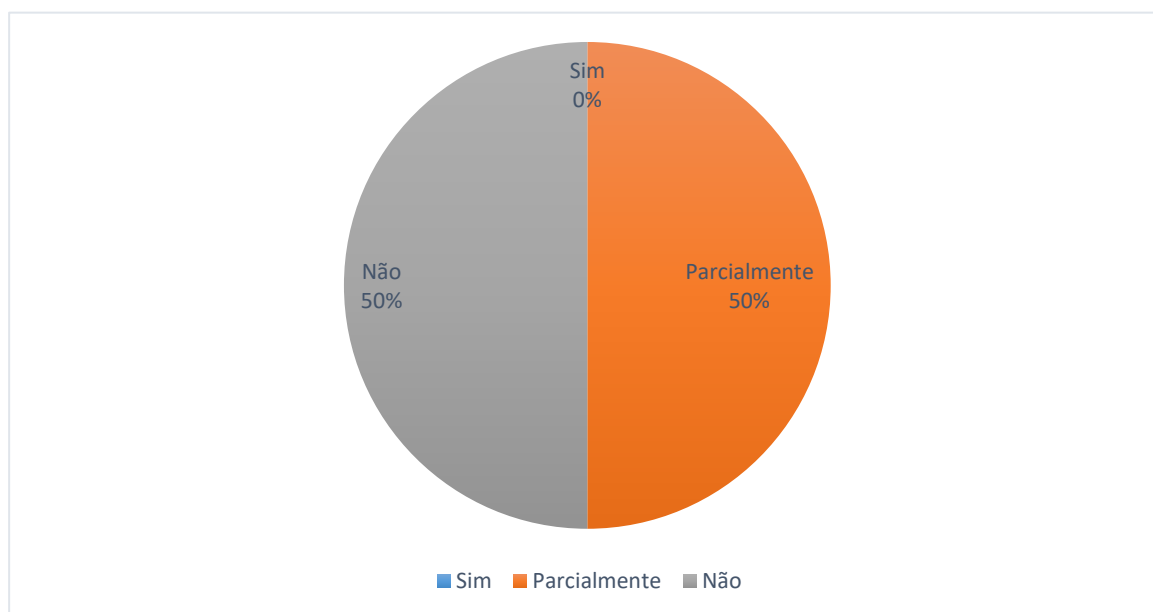
A quinta questão da lista baseou-se no Programa Incluir, analisando a existência da adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição. Obteve a resposta “Não”, indicando que a instituição não atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de

evidenciou que conforme respondido em entrevista os gestores reconhecem a necessidade dessas reformas porem não dispõem no momento de profissionais e recursos para a idealização dos projetos. Todavia existem projetos desenvolvidos pela própria comunidade acadêmica em fase de elaboração.

A sexta questão da lista baseou-se no Programa Incluir, analisando a existência Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de revelou que os sanitários são adaptados, as portam são largas, porem existe o problema de nivelamento nas entradas que devem ser corrigidas.

A sétima questão da lista baseou-se no Programa Incluir, analisando a aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de evidenciou que existe um levantamento sendo realizado para aquisição desses materiais.

Gráfico 03 - **Programa Incluir Quesitos Arquitetônicos**



Fonte: Elaborado pela Autora

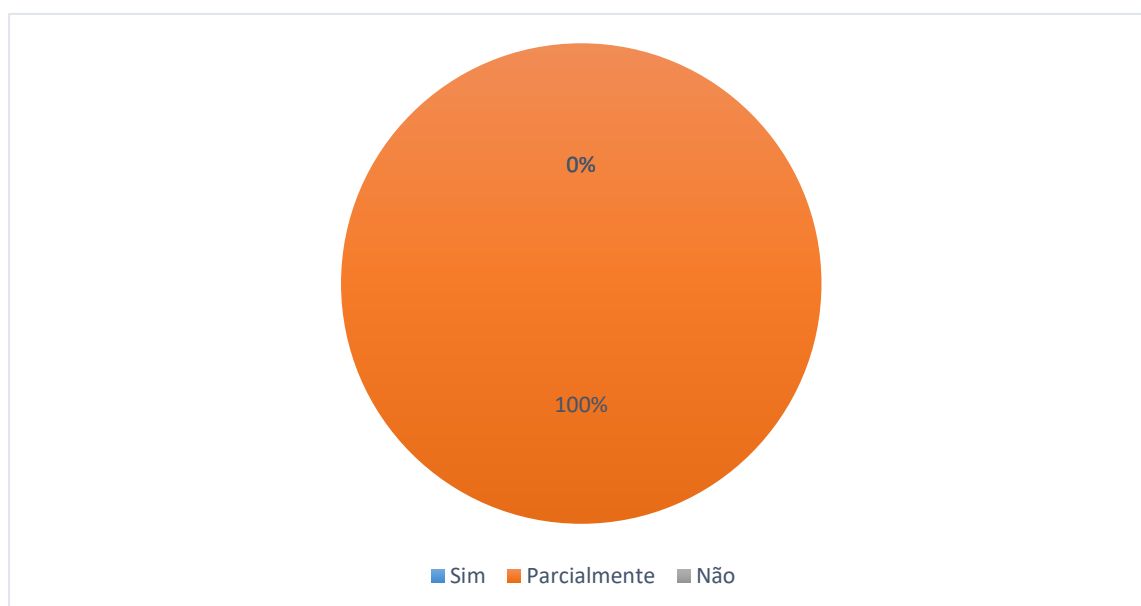
A terceira parte da pesquisa possui duas questões com quatro tópicos no total, chegando a um resultado em que de acordo com o Programa incluir o Instituto federal de educação ciência e tecnologia do estado do Tocantins - Campus palmas nos requisitos necessários para promoção da acessibilidade arquitetônica cumpre

50% dos requisitos exigidos no programa de forma parcialmente e em 50% dos requisitos ele não cumpre as exigências feitas pelo programa.

A quarta parte da pesquisa inicia-se na questão de número 8 (oito), que utilizou como base o Programa Incluir nos quesitos da acessibilidade pedagógica, analisando os currículos, as comunicação e informações quanto a garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, através da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de evidenciou que apesar de não contar com amplo material didáticos, existe os intérpretes e algumas ações de adaptações que são realizadas.

A nona questão da lista baseou-se no Programa Incluir nos quesitos da acessibilidade pedagógica, Onde-se analisou a formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens. Obteve a resposta “Parcialmente”, indicando que instituição atende em partes a especificação exigida no artigo. A pesquisa de evidenciou que existem algumas ações com o intuito de capacitar os professores para as práticas.

Gráfico 04- **Programa Incluir Quesitos Pedagógicos**



Fonte: Elaborado pela Autora

A quarta e última parte da pesquisa possui duas questões com apenas 2 dois tópicos no total, evidenciando que de acordo com o Programa incluir o Instituto federal de educação ciência e tecnologia do estado do Tocantins - Campus palmas nos requisitos necessários para promoção da acessibilidade pedagógica cumpre 100% dos requisitos exigidos no programa de forma parcialmente.

Após analisar todos os gráficos é possível observar que o prédio 1 no que se refere a lei e ao programa incluir, está atualmente em fase de adaptação, pois a o percentual mais expressivo encontrado em toda a pesquisa foi o aspecto “parcialmente” o que indica que o instituto tem buscado fazer as adequações prevista na legislação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca mediante um estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins - Campus Palmas analisar a acessibilidade arquitetônica e pedagógica segundo a lei n/13.146/15 e o programa incluir. Foram realizadas entrevistas e elaborado uma lista de verificação afim de se fazer um levantamento se a instituição estava ou não cumprindo os requisitos presentes na lei e do programa escolhido como norteador do estudo.

Os debates e considerações sobre a escola inclusiva e a possibilidade do seu cumprimento são essenciais para se chegar na promoção de acessibilidade pedagógica, que atendam as diferenças, com a versatilidade primordial para um progresso que considere todas as individualidades e totalidades. A inclusão é um método estimulado cotidianamente por cada pessoa ao passo que exista o reconhecimento e respeito ao se conviver com as diferenças.

A acessibilidade arquitetônica deve alcançar os princípios do desenho universal, possibilitando a inclusão das pessoas, independentemente de qualquer condição adversa, no uso dos espaços do IFTO - Campus Palmas.

A eliminação das barreiras físicas de deslocação é determinante para o pleno uso dos espaços físicos em geral, por toda a sociedade, sejam alunos, professores e/ou familiares.

O Desenho Universal, apontado por profissionais da área propõe a elaboração preliminar de estudos envolvendo a acessibilidade na realização de todo projeto, para que seja possível criar um desenho capaz de incluir a todos os cidadãos.

O tema acessibilidade vem ganhando grande visibilidade conforme a busca pelo ingresso em as modalidades de ensino vem aumentando. O ingresso dessas pessoas abre a discussão sobre o tema e evidencia de forma mais clara o quanto essas melhorias são necessárias para a garantia do mínimo de independência e acesso para os mesmos.

Neste estudo constatou-se que devido a uma série de fatores o prédio 1 não possui adaptações de acessibilidades, esses fatores variam desde da época em que o instituto foi projeto e construído, até mesmo a questão da dificuldade de se conseguir verbas nos dias atuais, mesmo essas adaptações sendo uma exigência da própria legislação, e o instituto possuindo a obrigação de efetuar a matrícula de pessoas com qualquer tipo de deficiência, dessa maneira a instituição acaba tendo

que lidar com pessoas que necessitam de atendimentos especial mesmo não possuindo os recursos materiais e humano para fazer esse atendimento.

A instituição tem buscado se adaptar e a criação da coordenação de Inclusão e Diversidade foi um grande avanço no pressuposto de tornar o IFTO/Palmas um lugar acessível para todas as pessoas. A coordenação busca fazer adaptações de inclusão mas possui limitações nos de recursos materiais e humanos na execução dessas ações.

A coordenação de inclusão e diversidade é responsável por promover a acessibilidade para a todas as através da promoção de atividades com o intuito de fornecer o desenvolvimento educacional. A mesma vem buscado realizar especialização de professores e também a aquisição de recursos de tecnologias assistivas, inclusive conforme citado em entrevista já existe um levantamento acerca das tecnologias assistivas necessárias para o processo de inclusão.

Atualmente existe um processo de licitação de piso tátil para ser instalado na instituição, para que essa adaptação aconteça no prédio 1, o material do piso que atualmente é o bloquete desnivelamento deve ser trocado por granito ou qualquer outro material que seja plano o que acaba tornado mais caro o processo e adiando a adaptação do prédio 1.

Devido às limitações que enfrenta hoje o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins - Campus Palmas - prédio 1, não se aplica como exemplo para as demais instituições, pois dentro do que foi apresentado as pessoas com deficiências têm tido que se adaptar a estrutura não acessível existente na instituição de ensino.

Deve - se ressaltar que os gestores responsáveis pela aplicabilidade da lei reconhecem a necessidade dessas adequações, porém não dispõem no momento de profissionais e recursos para a idealização dos projetos.

Este estudo teve como escopo agregar ideais junto a instituição, propondo melhorias e adequações para o instituto, para que dessa forma seja possível fornecer condições de acessibilidade aos que transitam pelo Campus Palmas.

Diante do que foi exposto e com baseio no resultado da lista de verificação elenca-se a seguir, algumas sugestões para melhorias arquitetônica e pedagógicas a serem implantadas no instituto:

- A construção de rampas de acesso (no piso da porta de entrada das salas e banheiros);
- A construção de balcões de atendimento e aquisição de telefones com dimensões diferenciadas que permitam o acesso de cadeirantes e pessoas com nanismo;
- A instalação de mobiliário com dimensões diferenciadas (mesas, cadeiras, equipamentos, etc.);
- Aquisição de mesa para pessoas em cadeira de rodas;
- A instalação de sinalização tátil e sonora para pessoas cegas, e ampliação e adequação (cores) de sinalização visual para pessoas com baixa visão;
- A eliminação de barreiras (postes inadequados, degraus) que causem acidentes;
- O caminho de pedestres deve ter piso regular, antiderrapante e não-ofuscante, sem a presença de atritos e buracos;
- Piso tátil direcional, para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta do Instituto;
- O balcão de atendimento da recepção deve estar sinalizado e possuir duas alturas, possibilitando o atendimento de cadeirantes;
- O piso, as paredes e os móveis devem possuir cores contrastantes;
- Precisam ser colocadas placas em Braille ao lado das portas e na altura das mãos, identificando os ambientes;
- Nos laboratórios deve existir espaço livre para circulação entre os móveis;
- Nos laboratórios as mesas e as pias devem ser livres de obstáculos que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas e possuem altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura e as torneiras devem ser em forma de alavanca que facilitam o manuseio;
- Nos laboratórios as prateleiras devem permitir que os objetos sejam alcançados por todos;
- Deve existir, pelo menos, um espaço reservado para pessoa que usam cadeira de rodas nos auditórios e mini auditórios;
- No caminho principal até o refeitório deve ser retirado a estruturas de pilares localizados bem no meio da pista, a fim de possibilitar uma tramitação segura;
- Devem ser implementadas rampas de acesso ao refeitório. A aquisição de mesas e cadeiras adaptadas, sinalização adequada e instalação de corrimãos com finalidade de auxiliar no deslocamento naquela área;

- Os banheiros necessitam de reforma nas entradas, com a remoção de um pequeno desnivelamento existente entre o bloco e o banheiro;
- A rampa que dá acesso aos blocos 6,8 e 10 deve ser reformada, pois possui inclinação elevada, podendo causar acidentes;
- Aquisição de tecnologias assistivas com o intuito de proporcionar a acessibilidade pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ALBARELLO, Cristiane Botezini. **O papel do administrador na gestão pública.** Revista de Administração v. 5 n. 9 p. 49-71. Frederico Westphalen - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878/1353>>. Acesso em 03 de julho de 2016.
- ALENCAR, Paula Maciel Mourão de. **Acessibilidade no ensino superior: o caso da UFJF.** Juiz de Fora 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2014/11/PAULA-MACIEL-MOUR%C3%83O-DE-LENCAR.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2016.
- ALMEIDA, M. C.; OLIVER, F. C. **Abordagens comunitárias e territoriais em reabilitação de pessoas com deficiências: fundamentos para a Terapia Ocupacional.** Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo 2001. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/677/391>>. Acesso em: 06 de abril de 2016.
- AMARAL, Ligia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes.** In: AQUINO, J. Diferenças e preconceitos na escola. SP: Sumus, 1998.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica.** Coordenação geral SEESP/MEC; organização. – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR 13994: Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR 14.020: Acessibilidade a pessoa com deficiência – Trem de Longo Percurso.** Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR 14025: Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR 14.273: Acessibilidade a pessoa com deficiência no Transporte Aéreo Comercial**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR15.250: Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA. **NBR 15.290/2004: Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

AZEVEDO, Sergio de. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. Rio de Janeiro 2003. Disponível em: <<https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/azevedosergiodiscutindo-modelos-e-alguns-problemas-de-implantac3a7c3a3o1.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I. & Lopes, R.E. **Terapia Ocupacional Social**. Revista Terapia Ocupacional. USP, v.13, n. 3, p.95-103. São Paulo 2002. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rto/article/view/13903>>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo II – Dos Direitos Sociais (Artigo 6º). Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 06 de abril de 2016.

_____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 08 out. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2016. Acesso em: 09 de março de 2016.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006.** Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm>. Acesso em: 08 de março de 2016.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 07 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite¹. Brasília, 07 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

_____. **Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993.** Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Brasília, 06 set. 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm>. Acesso em 20 de março de 2016.

_____. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais** / Organização: Ricardo Lovatto Blattes. 2.ª Edição. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

_____. **Documento Orientador Programa INCLUIR: Acessibilidade na educação superior**. Ministério da Educação: Secadil/Sesu 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde. Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 18 de março de 2016.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 07 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em 21 de março de 2016.

_____. **Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994**. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Brasília, 23 mar. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8859.htm>. Acesso em 22 de março de 2016.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004**. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm>. Acesso em: 12 de março de 2016.

_____. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, 27 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 06 jun. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasil 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_6690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 26 de abril de 2016.

_____. **Portaria nº 310 de 27 dezembro de 2006.** Aprova a Norma Complementar nº 01/2006, que trata de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2016.

_____. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Brasília. Julho 2013. Disponível em: <<https://www.puccampinas.edu.br/handlers/arquivos/?arquivo=2615>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2016.>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

_____. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de projetos de trabalho de conclusão de cursos(TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós graduação Lato Sensu.** 1 edição. 2 reimpressão. São Paulo: Atlas 2009, p. 17 -82.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **Acessibilidade como Prática na Educação Superior.** Rio Grande do Sul 2014. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/anima/images/Slides%20Acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

CEBRACE. **Móvel Escolar.** Rio de Janeiro, Brasil: MEC/CEBRACE/IDI, 1978. Disponível em: < http://cnotinfor.imagina.pt/inclusiva/pdf/Mobiliario_escolar_pt.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro.

DINIZ, Debora; BARBOSA Lívia; DOS SANTOS, Wederson Rufino. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça.** Instituto de Bioética - ANIS. Brasília 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** Editora Brasiliense. São Paulo 2007.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera; BORGES, Monna. **Manual de acessibilidade espacial para escolas:** o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4793-manual-acessibilidade&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

EYER, Renata. **Estudo Mobiliário Escolar Acessível e Tecnologia Apropriada: Uma Contribuição para o Ensino Inclusivo.** Banco Mundial – Educação Inclusiva no Brasil, Diagnóstico Atual e Perspectivas Futuras. Rio de Janeiro 2003. Disponível em: <http://cnotinfor.imagina.pt/inclusiva/pdf/Mobiliario_escolar_pt.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, 2008. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

Instituto Federal de Educação do Tocantins - Campus Palmas. Histórico da Instituição. Disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>> Acesso em: 12 de março de 2016.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin et al. **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru**. Revista Educação Especial, vol.14, nº 2, p. 177-188. Bauru- São Paulo 2008. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/11021/art_LAMONICA_Acessibilidade_em_ambiente_universitario_identificacao_de_barreiras_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

LOPES, Brenner. AMARAL, Jefferson Ney. CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas**. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <<http://agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1ª edição. Editora Moderna. São Paulo 2003.

OLIVEIRA, Elaine Teresa Gomes. **Acessibilidade na universidade estadual de londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. São Pulo - Marília 2003. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91252/oliveira_etg_me_mar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

Oliveira, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília 2012. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf://censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

Organização das Nações Unidas. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. 09, dez. 1975. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_3.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

SANTOS, Marilene Ribeiro Dos. In: BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Portadores de deficiências físicas: acessibilidade e utilização dos equipamentos escolares.** Brasília .1997. p.5. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundescola/publicacoes_cadernos_tecnicos/portadores_deficiencia_fisica_nr1.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2016

SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas.** Coletânea – Volume 1. Capítulo 1 – O conceito de política pública. 1.1 Introdução à teoria da política pública. Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. Brasília: 2006.

SARTORETTO, Mara. BERSCH, Rita. **Assistiva Tecnologia e Educação,** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 01 de março de 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. **Acessibilidade na comunicação é um direito: comunicação alternativa é um caminho.** Rio de Janeiro 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/284/280html>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física.** Elaboração: SILVA, Adilson Florentino da. CASTRO; Ana de Lourdes Barbosa de. BRANCO, Maria Cristina Mello Castelo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 67 p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre 2006, p. 20-45.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS PALMAS

1. Você considera o fator da acessibilidade uma prioridade? Porque?

Dentre as prioridades do instituto, a acessibilidade pode ser considerada uma prioridade, mas também temos diversas outras prioridades.

2. Você já precisou de alguma forma de acessibilidade aqui dentro do instituto devido a algum tipo de estado momentâneo de mobilidade reduzida?

Sim, mas quando necessitei da utilização de cadeiras de rodas não tive muitas dificuldades de acesso, até por que eu evitei ir aos lugares onde sabia da inviabilidade de acesso.

3. Considerando a infraestrutura existente atualmente, você acredita que o Campus Palmas IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Quando se observa o campus nós temos algumas melhorias que devem ser feitas, se dissesse que estaria totalmente apto, sabemos que não está. Nós temos diversas situações, podemos discutir a questão da acessibilidade no ponto de vista de barreiras físicas, assim como do ponto de vista das barreiras tecnológicas que são talvez mais graves e mais difíceis de contornar do que as barreiras físicas.

A tipologia física do Campus Palmas ela facilita o acesso das pessoas com deficiência física porque temos uma distribuição horizontal, o campus não é verticalizado, exceto os prédios mais recentes mas já foram feitos com as adaptações, com rampas de acordo com as normas. A parte mais velha do campus é que temos diversas barreiras físicas para ser transpostas, há as diferenças de níveis das passarelas externas para as salas e não se resolve com pequenas rampas, só iria minimizar.

Outra dificuldade são as inclinações das calçadas que dão acesso aos blocos, será necessário fazer as adaptações para as pessoas com deficiência física, nem todos os banheiros tem abertura com dimensões compatíveis estabelecidas em normas porque a parte mais velha da estrutura do campus foi executada nos anos 90, onde a Lei ainda não contemplava as exigências da estrutura física. Foram feitas

algumas adaptações em alguns banheiros mas de forma geral o Campus Palmas não atende as necessidades das pessoas com deficiência física.

4. Existe algum tipo de projeto que prevê a implementação da acessibilidade dentro do campus?

No âmbito do IFTO existe na reitoria uma pró- reitoria chamada de Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional onde são encaminhadas todas as demandas necessárias em cada um do campus que recebem estas demandas. Está listado para o Campus Palmas como prioridade na elaboração de todos os projetos necessários para eliminar essas barreiras físicas que não nos permitem a acessibilidade. Temos como meta para este ano elaborar o projeto e a execução como um passo mais adiante porque ela depende de recursos financeiros e a situação hoje não está favorável do ponto de vista financeiro mas temos esta preocupação em concluir este projeto.

Existe atualmente um processo de licitação de piso tátil para ser instalado na instituição, porem para que essa adaptação seja feita no prédio 1, todo o material que o piso possui que no caso é bloquete e que tem um certo desnivelamento deve ser trocado por granito ou qualquer outro material que seja plano o que acaba tornado mais caro o processo e adiando a adaptação do prédio 1.

5. Há algum tipo de fiscalização voltada para o cumprimento da lei de acessibilidade no campus Palmas?

A CGU esteve aqui no campus palmas fazendo um processo de verificação, onde foi respondido um formulário e a própria destacou algumas melhorias a serem realizadas, todavia a CGU tem conhecimento da nossa limitação de recursos

6. O instituto possui algum recurso ou forma de adquirir o recurso para fazer as adaptações necessárias aos PcD's?

Todos os recursos destinados a esse tipo de reforma são derivados do fundo de união, hoje não contamos com um recurso propriamente dito para essa área.

7-. Quais a melhorias de acessibilidade no quesito pedagógico você considera que precisam ser feitas dentro da instituição?

Criação de programas pedagógicos, aquisição de tecnologias assistivas,

apesar de tudo isso ser um processo bastante burocrático

8. Quais as melhorias de acessibilidade no quesito arquitetônico você considera que precisam ser realizadas dentro da instituição?

Implantação de piso tátil, colocação de pavimentação confortável para locomoção sem desnivelamento, troca dos pisos de bloquete, inclinações das rampas existente.

9. Você considera importante a realização de trabalhos com essa temática aqui dentro do instituto, porque?

Sim de extrema importância pois o tema começa a ser discutido e não fica somente na teoria passa a ser percebido na prática.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA GERENCIA DO ENSINO SUPERIOR

1. Você considera a acessibilidade uma prioridade? Porque?

Sim, pois facilita o acesso das pessoas com deficiência.

2. Você já precisou de alguma forma de acessibilidade aqui dentro do instituto devido a algum tipo de estado momentâneo de mobilidade reduzida?

Não.

3. Considerando a infraestrutura existente atualmente, você acredita que o Campus Palmas IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Não, existem muitas adaptações a serem realizadas.

4. Quais as melhorias de acessibilidade no quesito pedagógico você considera que precisam ser feitas dentro da instituição?

Aquisição de tecnologias assistivas.

5. Quais as melhorias de acessibilidade no quesito arquitetônico você considera que precisam ser feitas dentro da instituição?

Implantação de piso tátil e entre outras.

6. Como gerente de ensino você enfrenta alguma dificuldade para promover a acessibilidade aqui dentro do instituto?

Não, porque até o momento não possuímos nenhum aluno com deficiência matriculado no ensino superior.

7. Você considera importante a realização de trabalhos com essa temática aqui dentro do instituto, porque?

Sim, porque favorece o trabalho de ganho de conhecimento.

APÊNDICE C- ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

1. Considerando a infraestrutura atual existente, você acredita que o IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Não, o espaço físico ainda é muito arcaico existe vários obstáculos para cegos, deficientes físicos e com mobilidade reduzida.

2. Você considera que o Campus Palmas está cumprindo com a Lei 13.146 de 06 de junho de 2015, que institui a normativa de Inclusão da Pessoa com Deficiência?

No que diz a pessoal sim, mas em infraestrutura não.

3. Existe algum tipo de projeto que prevê a implementação da acessibilidade dentro do campus? Se sim. Quantos e quais são estes projetos?

Sim, estamos reestruturando os núcleos de apoio para fazermos isso, dentre esses núcleos, há o NAPNE que visa dar esse tipo de suporte.

4. Há algum tipo de fiscalização voltada para o cumprimento da lei de acessibilidade no campus Palmas?

No âmbito do Campus não, apenas de reitoria.

5. O instituto possui algum recurso ou forma de adquirir o recurso para fazer as adaptações necessárias aos PcD's?

Existem os Processo de catalogação da própria instituição.

6 Quais a melhorias de acessibilidade no quesito pedagógico você considera que precisam ser feitas dentro da instituição?

Questão de metodologia, aplicação dos professores, a metodologia utilizada para trabalhar com esses alunos ainda é muito desconhecida

7. Quais a melhorias de acessibilidade no quesito arquitetônico você considera que precisam ser feitas dentro da instituição?

Principalmente no prédio 1, piso tátil, os pilares no meio das passarelas, falta de sinalização entre outros.

8. Como coordenadora de Educação inclusiva e diversidade de ensino você enfrenta dificuldades para promover a acessibilidade dentro do instituto?

Sim, dificuldade de fazer os professores se interessarem em aprender uma nova metodologia.

9. Você considera importante a realização de trabalhos com essa temática aqui dentro do instituto, porque?

Sim, pois promove a inclusão e envolve toda a temática a ser estudada sobre direitos humanos e demais temas que a acessibilidade engloba.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM DOCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

1. Quais as dificuldades que você encontrou ao chegar no IFTO?

No início, tinha a falta de acessibilidade arquitetônica (rampas, pisos táteis, placas sinalizadoras), esse problema não diminuiu, o novo bloco também não possui acessibilidade, e agora, ficou tudo muito espalhado e tenho que está indo e vindo entre as duas construções.

Falta de banheiros adaptados para deficientes visuais como é o meu caso; Falta de materiais adaptados; Site inacessível, não consigo manusear o Siga- Edu, pois ele não possui nenhum mecanismo de acessibilidade; Devido todas essas questões a dependências de outras pessoas para me auxiliar; eu sou treinado, mas a falta de estrutura me faz totalmente dependente.

Aceitação das pessoas, quando comecei aqui sentia muito o preconceito por parte dos colegas de trabalho e principalmente dos alunos menores, eles não tinham muito contato com uma pessoa deficiente e demoraram a acostumar comigo como professor e a me respeitar como tal. Ainda tem aqueles que não aceitam, mas hoje a maioria já aceita, isso é uma vitória.

Uma outra dificuldade que tenho até hoje é o refeitório/lanchonete, almoço aqui três vezes na semana e o restaurante não possui estrutura e nem serviço especializado. Os funcionários não têm capacitação, aos poucos eu fui cativando eles, ganhando a paciência, mas ainda assim é complicado e necessito de companhia para essa tarefa.

2. De que maneira o campus vem atuando para suprir suas necessidades/dificuldades?

Conseguiram digitalizar o meu material didático (livro), a coordenadora do ensino médio na época do meu ingresso, solicitou a editora esse material e hoje eu tenho todos os livros em formato digital, o que me auxilia na preparação de aulas e provas.

Conseguiram também um colaborador, um bolsista no caso, para me acompanhar e me auxiliar. No início eram dois, um para cada turno, hoje em dia estou apenas com um, que tenta me acompanhar nos meus horários.

O campus após minha entrada criou uma coordenação de inclusão e diversidade, essa coordenação está criando vários núcleos de apoio a classes como; negros, deficientes etc. Eles me dão apoio também.

3. Você notou melhorias desde sua entrada?

Sim, criaram essa coordenação de inclusão e diversidade, e graças a ela, no semestre 2016/1 uma aluna deficiente visual irá ingressar no ensino médio, ela tem apenas 14 anos e 0% da visão, também irá ingressar um aluno de gestão pública que é cadeirante. Creio que se não fosse por mim ter começado aqui em 2012 e ter feito a instituição enxergar (risos) as necessidades mínimas, foi o que permitiu esses alunos estarem entrando aqui hoje.

4. Você teve dificuldades burocráticas para ingressar no instituto?

Não. Conteí com o auxílio do coordenador da área de humanas da DIREN e da GEPIEM, todos não mediram esforços para me recepcionar aqui e conseguir dentro dos limites impostos que eu me sentisse a vontade, e que fosse possível ministrar minhas aulas. Não senti nenhum tipo de preconceito vindo deles.

5.. Você possui equipamentos personalizados, de que maneira os adquiriu?

Eu passei por uma capacitação, moro sozinho, pego transporte, tento ser o mais independente possível. Hoje eu tenho minhas matérias adaptados, um notebook que e especial faz o reconhecimento de voz, um software que lê o meu e-mail. Um celular que também lê em voz alta as mensagens de texto e reconhece a voz. Todos esses materiais eu consegui com outras parcerias com instituições por onde eu já trabalhei, como a CAPE de Goiás. Sempre que preciso de algo eles fazem de tudo para me atender.

6. Considerando a infraestrutura existente atualmente, você acredita que o Campus Palmas IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Não, apesar de a pró-reitora afirmar que está em fase de licitação de aquisição de piso tátil e a coordenação de inclusão e diversidade estar fazendo um levantamento das tecnologias assistivas necessárias para promover inclusão, ainda falta vários outros aspectos a serem melhorados.

7. Quais a melhorias de acessibilidade no quesito pedagógico você considera que precisam ser frealizadas dentro da instituição?

Além da compra de tecnologia assistiva precisa melhorar o investimento em educação

continuada, em especialização dos professores, pouquíssimos aqui dentro da instituição estão preparados para trabalhar com pessoas com deficiência.

8. Quais as melhorias de acessibilidade no quesito arquitetônico você considera que precisam ser realizadas dentro da instituição?

Rampas, pisos táteis, placas em braile, semáforo sinalizado aqui na frente da instituição, retirada de colunas da passarela.

9. Você considera importante a realização de trabalhos com essa temática aqui dentro do instituto, porque?

Sim, porém tenho percebido que os mesmos têm ficado apenas na teoria, nada de aplicação prática.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM DISCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

1. Quais as dificuldades que você encontrou ao chegar no IFTO?

Dificuldade de locomoção, e no início não tinha ninguém fixo para me acompanhar.

2. De que maneira o campus vem atuando para suprir suas necessidades/dificuldades?

Disponibilizam os bolsistas para me acompanhar um em cada turno além da coordenação que me dá todo apoio possível.

3. Você notou melhorias desde sua entrada?

Sim os professores acabaram se adaptando a mim.

4. Você teve dificuldades burocráticas para ingressar no instituto?

Não, foi tranquilo.

5.. Você possui equipamentos personalizados, de que maneira os adquiriu?

Eu tinha um computador mais ele estragou, era meu de uso particular.

6. Considerando a infraestrutura existente atualmente, você acredita que o Campus Palmas IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Na minha opinião sim, a não ser o restaurante.

7. Considerando os materiais e recursos existente atualmente, você acredita que o Campus Palmas IFTO está apto a receber a todos os tipos de público, incluindo os PcD's?

Na minha opinião nada, todos fazem o possível e se esforçam para que eu tenha acesso a todos os conteúdos.

8. Quais a melhorias de acessibilidade no quesito pedagógico você considera que precisam ser realizadas dentro da instituição?

Na minha opinião nada, todos fazem o possível e se esforçam para que eu tenha acesso a todos os conteúdos.

9. Quais a melhorias de acessibilidade no quesito arquitetônico você considera que

precisam ser realizadas dentro da instituição?

Remoção dos pilares do meio da passarela.

10. Você considera importante a realização de trabalhos com essa temática aqui dentro do instituto, porque?

Sim porque abre a discussão sobre o tema.

APÊNDICE F- LISTA DE VERIFICAÇÃO (CHECKLIST)

Lei nº 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência) quesito arquitetônico

1) De acordo com o Art. 55. Existe a criação e a implantação de projetos referente ao meio físico que atendam aos princípios do desenho universal, tendo como orientação as normas de acessibilidade:

A - O desenho universal foi utilizado como princípio de caráter geral.

☐ Sim ☐ Parcialmente ☒ Não

Considerações: Na época em que o projeto arquitetônico do Instituto foi elaborado a questão da acessibilidade ainda era pouca discutida, como afirma na sua entrevista o diretor geral do campus, pouquíssimos itens nesse bloco foram elaborados pensando-se em inclusão

B- Nas situações em que comprovadamente o desenho universal não pode ser utilizado, deve ser adotar adaptação razoável.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: No prédio antigo só existem adaptações feitas nos banheiros que possuem banheiro específico para cadeirante, toda via não possui acessibilidade para no local de entrada do banheiro, logo o cubículo destinado a pessoas com deficiência fica inutilizado.

Existe o processo de licitação de piso tátil para ser instalado na instituição, porem para que essa adaptação seja feita no prédio 1, todo o material que o piso possui que no caso é bloquete que tem desnivelamento deve ser trocado por granito ou qualquer outro material que seja plano o que acaba tornado mais caro o processo e adiando a adaptação do prédio 1.

C- Promoção da inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional, tecnológica, do ensino superior e na formação das carreiras de Estado.

☐ Sim ☐ Parcialmente ☒ Não

Considerações: Analisando A grade curricular do curso de engenharia civil ofertado pela própria instituição não existe nenhuma matéria específica com a temática desenho universal.

2) De acordo com o Art. 57. As edificações públicas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, baseando-se nos princípios das normas de acessibilidade vigentes.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Alguns lugares que possuem adequações como: Auditório que possuem rampas de acesso; Os banheiros que possuem cubículos específicos. Porem existem edificações que não possuem adequações alguma como por exemplo: As salas de aula que possuem desnivelamento (pequenos degraus) nas entradas, não possuem material adaptado para nenhum portador de deficiência; Os corredores de circulação possuem pilarem bem no meio das estruturas o que dificulta a circulação das pessoas com deficiência; Os acessos ao restaurante não possuem nenhuma sinalização, nenhuma rampa, nenhuma mesa ou cadeira adaptada, não existem profissionais especializados para o atendimento, não possui nenhum tipo de sinalização ou corrimão que facilite o deslocamento naquela área.

Lei nº 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência) quesito pedagógico

3) De acordo com a o art. 28 do Estatuto da pessoa com deficiência, o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

A - Sistema Educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, além do aprendizado ao longo de toda a vida.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Existem muitas melhorias a serem realizadas, porem o instituto vem buscando adaptações e possui uma coordenação especifica para trata desse assunto e deve ser ressaltado que a coordenação faz o possível com os recursos que dispõem.

B - Aprimoramento dos sistemas educacionais, objetivando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e permitam a inclusão plena.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: A coordenação da área faz adaptações momentâneas para estar incluindo essas pessoas no processo de aprendizagem, toda via, ainda necessita de muitas adaptações e recursos.

C- Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, permitindo a conquista e o exercício de sua independência.

☒ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Existe a realização de projetos e atividade ofertados pela coordenação de inclusão e diversidade que visam oferecer a capacitação de profissionais.

D- Adoção de medidas especificas e coletivas em ambientes que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

☒ (x) Sim ☐ () Parcialmente ☐ () Não

Considerações: A coordenação promove atividades com o intuito de promover esse desenvolvimento e presta todo o apoio necessário e possível para que a pessoa com deficiência participe do processo de aprendizagem, como pode ser constatado nas entrevistas realizadas.

E- Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e facilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva

☐ () Sim ☒ (x) Parcialmente ☐ () Não

Considerações: Existe o núcleo responsável pelo planejamento, o mesmo possui regimento interno e busca fazer as aquisições de recursos de tecnologias assistivas, inclusive conforme citado em entrevista já existe um levantamento acerca das tecnologias assistivas necessárias, porém não existe previsão para a chegada dessas tecnologias.

F - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

☐ () Sim ☒ (x) Parcialmente ☐ () Não

Considerações: A coordenação tem buscado realizar essa especialização de professores, porem tem enfrentado dificuldade pois geralmente somente aqueles professores que tem que trabalhar com os alunos com deficiência estão dispostos a se especializar.

G - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

☐ () Sim ☒ (x) Parcialmente ☐ () Não

Considerações: Existe a oferta de especialização apesar de não ser aceita por todos, existe uma interprete e disponibilização de guias no caso os bolsistas da instituição.

H - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, ampliando as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

☐ () Sim ☐ () Parcialmente ☒ (x) Não

Considerações: o instituto ainda não fornece essa modalidade de ensino.

I - Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

☒ (x) Sim ☐ () Parcialmente ☐ () Não

Considerações: Apesar da falta de recursos e adaptações, conforme citado em entrevista o discente e docente com deficiência afirma que não são excluídos de nenhum conteúdo ou atividade dentro do instituto.

J- inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos referentes campos de conhecimento

☐ () Sim ☒ (x) Parcialmente ☐ () Não

Considerações: Não existem matérias específicas, mas dentro de algumas matérias os temas são abordados ainda que superficialmente.

K- acesso igualitário da pessoa com deficiência, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar

☐ Sim ☐ Parcialmente ☒ Não

Considerações: Existe a falta de adaptações e profissionais para realização desse acesso.

L - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais participantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Nem todos tem essa acessibilidade.

M - Oferta de profissionais para o apoio escolar.

☒ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Existe uma coordenação de inclusão e diversidade que busca fornecer todo o apoio necessário.

Programa Incluir quesito arquitetônico

4) Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES serão planejados e implementados, atendendo os princípios do desenho universal.

☐ Sim ☐ Parcialmente ☒ Não

Considerações: O prédio 1 por ser antigo não atende os requisitos do desenho universal

5) Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição.

☐ Sim ☐ Parcialmente ☒ Não

Considerações: Conforme respondido em entrevista os gestores reconhecem a necessidade dessas reformas porem não dispõem no momento de profissionais e recursos para a idealização dos projetos. Todavia existem projetos desenvolvidos pela própria comunidade acadêmica em fase de elaboração.

6- Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Os sanitários são adaptados, as portas são largas, porem existe o problema de nivelamento nas entradas que devem ser corrigidas

7- Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia assistiva.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Existe um levantamento sendo realizado para aquisição desses materiais.

Programa Incluir quesito pedagógico

8) Currículo, comunicação e informação - A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, através da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Apesar de não contar com amplo material didáticos, existe os intérpretes e algumas ações de adaptações que são realizadas

9- Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens.

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

Considerações: Existe apenas algumas ações com o intuito de capacitar os professores para as praticas.